



Haendel Motta Arantes

O Imaginário em análise

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção
do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em
Psicologia Clínica da PUC-Rio

Orientador: Marcus André Vieira

Rio de Janeiro
Fevereiro de 2006



Haendel Motta Arantes

O Imaginário em análise

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Marcus André Vieira
Orientador

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Prof^a. Ana Maria Rudge

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Prof. Paulo Eduardo Viana Vidal

Centro de Estudos Gerais - UFF

Prof. Paulo Fernando Carneiro de Andrade

Coordenador Setorial de Pós-Graduação
e Pesquisa do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 17 de Fevereiro de 2006.

Todos os direitos são reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da Universidade, da autora e do orientador.

Haendel Motta Arantes

Graduou-se em Psicologia na UFF, em 1999. Especializou-se em Clínica Psicanalítica na UFF, em 2001.

Ficha Catalográfica

Arantes, Haendel Motta

O imaginário em análise / Haendel Motta Arantes ; orientador: Marcus André Vieira. - Rio de Janeiro : PUC, Departamento de Psicologia, 2006.

77 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia.

Inclui referências bibliográficas.

1. Psicologia – Teses. 2. Realidade psíquica. 3. R.S.I. 4. Fantasia. 5. Sujeito barrado. 6. I. Vieira, Marcus André. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

*Para Juliana
em tanto amor*

Agradecimentos

Ao professor e psicanalista Marcus André Vieira, orientador deste trabalho, pela oportunidade de crescimento e acesso à teoria.

A cada um dos membros da Equipe de Pesquisa do prof. Marcus André, pelo bom humor e concomitante seriedade, fundamentais ao ambiente de trabalho.

À Pontifícia Universidade Católica, professores do Curso de Pós-graduação e à Marcelina, secretária do curso, pela constante presteza e eficiência.

À CAPES, pelo incentivo à pesquisa.

Aos queridos Alexander de Castro, Paulo dos Santos e Rodrigo Cury, pela preciosa amizade.

A meus pais, Nivaldo e Antonieta, e meus dois irmãos, Rogério e Nirvana, pela cumplicidade dos laços que abrangem qualquer distância.

Resumo

Arantes, Haendel Motta; Vieira, Marcus André (orientador). **O Imaginário em análise**. Rio de Janeiro, 2006, 77 p., Dissertação de Mestrado, Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O que o curso de uma análise opera no registro Imaginário? Para tratar a questão, a pesquisa parte do exame do conceito freudiano de *realidade psíquica*, articulando-o à tríade de registros lacaniana – Real, Simbólico, Imaginário. Em seguida, examina o conceito de *fantasia* em Lacan, amarração matriz por onde é erguida a cena imaginária para um sujeito. Por fim, no interior da experiência clínica, localiza o caminho de uma reconstrução síntese da fantasia, a avançar segundo os passos do *recordar, repetir, elaborar* apontados em Freud.

Palavras-chave

realidade psíquica, R.S.I., fantasia, sujeito barrado, objeto *a*

Abstract

Arantes, Haendel Motta; Vieira, Marcus André (Advisor): **The Imaginary in analysis**. Rio de Janeiro, 2006, 77 p., Dissertation, Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

What the course of analysis operates on Imaginary? To treat this issue, this research exams the freudian concept of *psychical reality*, articulating it to Lacan's three categories – Real, Symbolic, Imaginary. Next, it exams the concept of *fantasy* in Lacan's theory, an essential arrangement where from imaginary scene is built for a person. Finally, inside the clinical experience, it locates a way to reconstruct a fantasy's synthesis, according to the steps of *recollection*, *repetition*, *working-through* indicated by Freud.

Key-words

psychical reality, R.S.I., fantasy, subject with a bar, object *a*

Sumário

Introdução	09
Primeiro Capítulo Construção da realidade	13
1.1 Princípios da realidade psíquica em Freud	13
1.2 Uma imagem banhada de sentido	20
1.3 A realidade libidinizada	24
Segundo Capítulo Enquadres da fantasia	31
2.1 Buzz Lightyear e o sujeito nadificado	31
2.2 De um eixo em espelho a um Outro eixo	34
2.3 Um roteiro como bordas de uma janela	39
2.4 De uma sinopse fundamental [\$ ♦ a]	45
Terceiro Capítulo O Imaginário em análise	52
3.1 Clínica do sintoma, clínica da fantasia	52
3.2 Breve esboço do objeto na fantasia	57
3.3 Emblemas clínicos: castração, falo, Nome-do-Pai	59
3.4 O norte transferencial à trilha do <i>recordar, repetir, elaborar</i>	65
Conclusão	70
Referências bibliográficas	72
Anexo I	77

Introdução

Nosso título comporta uma dubiedade: trata-se aqui de um exame do Imaginário, registro conceitual lacaniano, ou da investigação de seu lançamento no interior do dispositivo analítico? Diremos que o presente trabalho pôde contemplar ambas as vias, sem no entanto pretender esgotá-las, quando muito, na medida do alcance dos braços, traçar a partir delas um breve e introdutório recorte.

A pesquisa tem sua origem no que deseja indagar: *o que o curso de uma análise opera sobre o Imaginário?*, questão aqui referida especificamente ao conceito legado pelo ensino de Jacques Lacan, em sua diletta contribuição ao campo inicialmente inaugurado por Freud – o que nos permite também indicar, desde já, o terreno sobre o qual nossa investigação se detém.

Para tratar a questão fez-se necessário percorrer uma mesma avenida, digamos assim, em suas duas mãos: subindo-a, esboçamos o caminho de um possível entendimento, com base em Lacan, da dimensão onde está disposta a realidade para um sujeito, o que nos permitirá, ainda, na medida em que nela avançamos, munir os bolsos com alguns dos conceitos cruciais à apreciação do caminho de volta, descida que só então nos autoriza investigar que tipo de alteração a experiência clínica psicanalítica pode produzir sobre essa realidade.

Para tanto, tomamos como ponto de partida em nosso primeiro capítulo, **Construção da Realidade**, o conceito freudiano de *realidade psíquica*, com o qual Freud vem imbricar de maneira inusitada, no que concerne à escuta clínica, a usual dicotomia entre os campos subjetivo e objetivo: “*Levará um bom tempo até poder assimilar a nossa proposição de que podemos igualar fantasia e realidade*” (FREUD, 1917, p.430). Tal imbricação, a exigir boa parte de nosso esforço inicial, será demonstrada a partir do fundamental conceito do pai da psicanálise, o inconsciente, somadas às suas considerações sobre o tema da origem do ‘eu’, no artigo *Sobre o narcisismo: uma introdução* (1914).

Seguindo, passamos ao exame da tríade de registros concebida por Lacan, em que o Imaginário se insere e se enoda a outros dois, Simbólico e Real, de onde poderemos circunscrever, com base no conceito freudiano precedente, uma definição abreviada do que Lacan veio a distinguir sob a insígnia de cada um deles.

Nesse ponto, nos interessará sobretudo ressaltar a introdução, bastante característica ao ensino de Lacan, do registro Simbólico, a partir de onde iremos verificar sua tese de que não há vivência humana possível que não mediada pela linguagem.

Encerrando o primeiro capítulo, investigamos a instância do Real em meio à realidade psíquica a partir do conceito freudiano de *pulsão*, vertente motriz que irá atrelar à constituição dessa realidade uma exigência, distinguindo-a de uma mera reprodução do campo visual tal como o realiza uma câmera fotográfica. Ali, a busca do aparelho psíquico, em sua necessidade de descarga/satisfação a partir do que se lhe oferece como exterior a ele, localiza a dimensão do Real enquanto desencontro entre o buscado e o encontrado nos objetos, ponto onde destacamos o conceito de objeto *a* lacaniano.

Da montagem operada pela ação conjunta do três registros, partimos então em busca do conceito de *fantasia* em Lacan, dedicando a ele o segundo capítulo, **Enquadres da Fantasia**. Com base no artigo de 1919 de Freud, *Uma criança é espancada*, introduzimos o que Lacan irá destacar enquanto dimensão de ‘roteiro’ da fantasia, organização narrativa do ‘eu’ e do ‘mundo’, “*trama de fabulação*” (LACAN, 1958, p.239) por onde se costuram suas variadas histórias.

A efeito de ilustração, o personagem Buzz Lightyear, do longa metragem de animação *Toy Story* (1995), será então apresentado em nossa pesquisa pelo que poderemos estabelecer devidas articulações, a partir de sua condição inicial, com o tema da fantasia ao longo do capítulo, a começar pela maneira como Lacan vem investigar o que chama *captura do sujeito* pela ação da cadeia de significantes.

A partir disso, retomamos uma das primeiras elaborações de Lacan (1936) dedicada à tentativa em formalizar de que maneira as identificações do ‘eu’ vêm revestir o sujeito, pelo que chamou *estádio do espelho*. Em seguida, verificamos o modo como Lacan vem deslindar a dialética imaginária – modo primeiro por onde a

fantasia será estudada – através de um esquema, dito esquema L, por sobre um eixo no qual a imagem do ‘eu’ se reconhece a partir da de seus semelhantes.

A partir dessa concepção, chegamos ao estatuto de *cena* da fantasia, que iremos apreciar em dois aspectos: primeiramente, cena que equivalerá ao campo mesmo onde o mundo humano está erguido, e a partir de onde o ser falante se desloca e vivencia toda a gama de sabores e dissabores de sua existência; em seguida, uma cena enquanto um pequeno roteiro/sinopse, substrato mínimo de elaboração somente reconstruível em análise (conceituado *fantasia fundamental* por Lacan), a estabelecer para o sujeito – em seu estado de latência (LACAN, 1958, p. 423) – uma amarração específica por onde a primeira e maior cena encontra sua estrutura matriz.

Verificamos ainda como tal amarração não concernirá exclusivamente a um extrato que se possa elidir da rede discursiva, mas também a partir do que nela se apresenta como incidência do Real, ponto de furo nessa estrutura, a oferecer-se na trama fantasística do sujeito como articulação de um desejo referido a determinado objeto [*a*] inacessível – por onde Lacan confere à fantasia uma fórmula fundamental, forjada a partir dos pólos sujeito e objeto, escrita $\$ \diamond a$ (sujeito barrado punção objeto *a*): “*Temos aqui, em $\$ \diamond a$, o correspondente e o suporte do desejo*” (LACAN, 1958, p.455).

No terceiro e último capítulo, **O Imaginário em análise**, chegamos ao interior da experiência clínica constando ser, a psicanálise, não uma clínica fundamentada na remoção de sintomas, mas desde sempre apontada em direção à fantasia.

A partir da regra da associação livre, iremos verificar como Freud vem articular as formações sintomáticas à dimensão da fantasia, implicando-as nela: “*Quem estudar a histeria, portanto, logo transferirá seu interesse dos sintomas para as fantasias que lhes deram origem*” (FREUD, 1908, p.151).

Em seguida verificamos como a associação do sujeito que se dispõe à análise “*nada tem de livre*” (LACAN, lição de 15/03/72, inédito) pelo que, a partir da amarração latente da fantasia, constata-se determinada gravitação do discurso em torno de um ponto obscuro (ponto por onde a dimensão do objeto *a* se faz presente), deixando claro o circuito/roteiro por onde passa seu desejo.

A partir disso, passamos à compreensão de que a presença do objeto *a* no discurso é sempre pressentida na qualidade de uma *falta*, dado o caráter evanescente – vertente Real – de sua apreensão, quer esteja remetida ao campo das significações (sentido que não se fecha) como a qualquer ente palpável (satisfação que não se completa); o que nos leva ao exame do conceito de *castração* em psicanálise.

A castração será aqui investigada enquanto experiência separadora a impor limite àquilo que, pelo advento do desejo, agita o sujeito em busca de um estado mítico de complementaridade em relação ao sentido/objeto (para operar esta equivalência entre sentido e objeto fazemos também uma breve investigação da função do *falo* conceituada por Lacan, enquanto significante eleito a admitir a consistência do Imaginário). Ainda, para localizar o termo de interdição do desejo, fazemos também referência ao conceito lacaniano de *Nome-do-Pai*.

Por fim, investigamos o conceito de *transferência* enquanto movimento pelo qual a figura do analista vem a ser incluída na trama fantasística do sujeito, ocupando nela a posição enigmática do objeto *a* no interior da análise. Com isso, a via da transferência é a que, de acordo com Lacan, vem *atualizar* [pôr em ato] a posição subjetiva do sujeito em relação à inacessibilidade do objeto *a*. Nesse sentido, verificamos como a análise, uma vez que o analista não atende às demandas de transferência do sujeito, será sempre a recuperação da experiência da castração, a partir da qual a fantasia veio engendrar-se, conforme examinaremos, na qualidade de *resposta* a essa experiência – resposta que, então, poderá ser reconstruída a partir do trabalho em análise (aqui, fazemos ainda uma articulação aos passos do *recordar*, *repetir* e *elaborar* descritos por Freud em 1914).

Passemos então ao exame pormenorizado dos temas aqui sugeridos.

Primeiro Capítulo

CONSTRUÇÃO DA REALIDADE

1.1

Princípios da realidade psíquica em Freud

Freud não criou a psicanálise de modo a nos legar um exame propriamente científico do que veio a chamar aparelho psíquico humano, ele fundou uma clínica para tratar de seu sofrimento, conquanto fosse constituindo, ao mesmo passo, um edifício conceitual que lhe servisse como instrumento de trabalho. Seu percurso, como é feito notar, abandona a pretensão de ciência psicológica pela injunção criativa de um estatuto metapsicológico: *id*, *ego*, *superego*, etc; deixa-nos, portanto, um modelo de aparelho psíquico cuja inventiva inaugura um novo campo, e não apenas um novo objeto a ser incorporado ao catálogo do conhecimento (VIEIRA, 2005), e que, embora agregue referências eventuais da Física, Biologia e demais ciências, a elas não se confunde, dada a função clínica aí implicada.

No tocante à representação da realidade realizada por este aparelho, sob o ponto de vista de seus estudos e constatações clínicas acerca das neuroses, Freud associa o conceito ao qual denomina *realidade psíquica*, modo de enquadrar a realidade em oposição muitas vezes ao que desse enquadramento restaria do lado de fora, e que contrapunha pelo nome de *realidade concreta*, *material* ou *externa*, como também encontramos ao longo de sua obra. Um fragmento de *Totem e tabu* (1913) vem aqui nos oferecer uma primeira idéia do que isso seria:

O que jaz por trás do sentimento de culpa dos neuróticos são sempre *realidades psíquicas*, nunca *realidades concretas*. O que caracteriza os neuróticos é preferirem a realidade psíquica à concreta, reagindo tão seriamente a pensamentos como as pessoas normais às realidades (FREUD, 1913, p. 160).

A literatura sempre nos prestará ajuda, como aqui recorreremos ao conto de Jair Ferreira dos Santos, *A jornada argentina de um homem feio* (1996), para ilustrar a

proposição freudiana com auxílio de seu personagem Marco que, segundo o autor, embora não seja, se considera feio:

A feiúra de Marco é menos um fato do que uma construção, uma dessas obras de engenharia psicológica nas quais o sujeito se tranca num primor de auto-sabotagem. Um alerta constante o faz prisioneiro dos detalhes; qualquer ninharia ganha nele a força de um terremoto (SANTOS, 1996, p.106).

Aqui, tanto nas palavras de Freud quanto no exemplo ficcional, parecem-se antepor, de um lado, uma construção subjetiva e, de outro, uma realidade factual, distorcida ou mascarada pela primeira. Contudo, segundo o que pretendemos expor, o conceito freudiano em questão encontrar-se-á para além do que se poderia atestar como simples reprodução da dicotomia objetivo/subjetivo.

A realidade parece-nos ser algo como um mundo separado da invenção, e lhes atribuímos um valor muito diferente. Ademais, também o paciente enxerga as coisas por esse prisma, em seu pensar normal. (...) Isto, porém, invariavelmente causa dificuldades (FREUD, 1917, p.430).

Antes de avançarmos sobre a definição da realidade psíquica, caberia recordar que todo o esforço inicial da investigação freudiana a respeito da causa originária das paralisias histéricas consistiu em buscar, no passado, uma ocorrência factual capaz de determiná-las. Ou seja, uma vez que careciam de uma etiologia instanciada nos mecanismos fisiológicos corporais, Freud, ainda tomado pelo ideal cientificista, desloca a necessidade de um ‘suporte material’ ao exame do que as histéricas lhe pudessem relatar do passado – anseio que se esvai tal a um castelo de areia, o qual Freud abandona sob o título de sua Teoria da Sedução, momento bem resumidamente descrito numa passagem de seu *Estudo autobiográfico* (1925):

Quando, contudo, fui finalmente obrigado a reconhecer que essas cenas de sedução jamais tinham ocorrido e que eram apenas fantasias que minhas pacientes haviam inventado ou que eu próprio talvez houvesse forçado nelas, fiquei por algum tempo inteiramente perplexo. De igual modo, minha confiança em minha técnica e nos seus resultados sofreu rude golpe; (...) Quando me havia refeito, fui capaz de tirar as conclusões certas da minha descoberta: a saber, que os sintomas neuróticos não estavam diretamente relacionados com fatos reais, mas com fantasias impregnadas de desejos, e que, no tocante à neurose, a realidade psíquica era de maior importância que a realidade material (FREUD, 1925, p.39).

Ainda de modo precipitado, somos levados a concluir que Freud, então recuperado do golpe sofrido, passasse a considerar tais “fantasias impregnadas de desejos” (*Ibid.*) funcionando na neurose como uma espécie de lente deformadora, cujo trabalho incumbiria deturpar “fatos reais” (*Ibid.*). Do mesmo modo, dir-se-ia que, em suma, seu tratamento analítico passasse então a privilegiar um regime diferenciado do que chamou *realidade material*, onde, a mesma, repousaria lá encoberta, à espera de ser revelada por sob a cortina de fumaça psíquica que caberia ao tratamento analítico dissipar.

No entanto, como já dito, a antiga cisão dicotômica que assim nos distingue um campo subjetivo (interno) de seu par objetivo (externo) restará pouco vantajosa, de acordo com o que iremos verificar em Freud, quando o que está em jogo é a condução do tratamento analítico. Há uma passagem onde Freud nos indica de maneira inquietante seu postulado a esse respeito, ao longo da *Conferência XXIII – Os caminhos da formação dos sintomas* (1917):

Se começarmos por dizer-lhe [ao paciente] diretamente que agora está disposto a trazer à luz as fantasias com as quais deturpou a história de sua infância (assim como toda nação adultera sua pré-história esquecida, construindo lendas), podemos observar que o interesse do paciente em continuar a desenvolver o assunto subitamente diminui de uma forma indesejável. Ele, também, quer experimentar as situações reais e desdenha tudo aquilo que é simplesmente ‘imaginário’. Todavia, se até a conclusão dessa parte do trabalho o deixarmos na crença de que estamos ocupados em investigar os eventos reais de sua infância, corremos o risco de, posteriormente, ele acusar-nos de estarmos equivocados e de rir-se de nós, por nossa aparente credulidade. Levará um bom tempo até poder assimilar a nossa proposição de que podemos igualar fantasia e realidade; (...) Ademais, esta é, evidentemente, a única atitude correta a adotar para com esses produtos mentais. Também eles possuem determinada realidade.” (FREUD, 1917, p.430). [*grifo nosso*]

De forma inusitada, Freud atesta “determinada realidade” (*Ibid.*) às fantasias, propondo-nos, ainda, se o que está em jogo é a condução do tratamento analítico, poder igualá-las, fantasia e realidade – sem, no entanto, até esse ponto do texto, fazer uso do conceito de realidade psíquica, de onde prossegue

Subsiste o fato de que o paciente criou essas fantasias por si mesmo, e essa circunstância dificilmente terá, para a sua neurose, importância menor do que teria se tivesse realmente experimentado o que contém suas fantasias. As fantasias possuem *realidade psíquica*, em contraste com a *realidade material*, e gradualmente aprendemos a entender que, *no mundo das neuroses, a realidade psíquica é a realidade decisiva (Ibid.)*.

Podemos então observar que, se por um lado, o conceito de realidade psíquica serve a Freud para distingui-lo de sua antítese *material*, por outro, faz coabitar, em seu domínio, fantasia e realidade, a partir da equivalência de ambos no que diz respeito à sua importância para a condução de uma análise.

Não obstante, para que possamos melhor compreender essa equivalência (ou aproximação dos campos subjetivo/objetivo), nos serão aqui necessários dois passos contíguos: primeiramente, o exame de um dos conceitos fundamentais postulados por Freud, o inconsciente; em seguida, a retomada do postulado freudiano relativo à origem do ego.

Logo na *Interpretação dos Sonhos* (1900) encontramos uma tentativa de formulação do conceito de inconsciente junto ao de realidade psíquica, em que Freud postula ser o inconsciente “*a verdadeira realidade psíquica*” (FREUD, 1900, p.637).

A perspectiva, inovadora, de se considerar o inconsciente como fonte primária da realidade psíquica é o que, para Freud, conferirá à fantasia “*determinada realidade*” (FREUD, 1917, p.430), tal como também verificamos na Carta 69 em que Freud (1897) comenta “*a descoberta comprovada de que, no inconsciente, não há indicações da realidade, de modo que não se consegue distinguir entre a verdade e a ficção*” (FREUD, 1897, p.310).

Já no texto *Sobre o narcisismo: uma introdução*, Freud (1914) diz não ser possível supor que uma unidade comparável ao ego exista já no indivíduo desde o início, sendo necessário uma adição, fruto de “*uma nova ação psíquica*” (FREUD, 1914, p.93), a fim de provocar o narcisismo (ego).

Desse modo, somos levados a entender, com Freud, que o ‘eu’ que habita a realidade psíquica não lhe é de modo algum anterior: ao contrário, deve sua construção a ela. E o mesmo aconteceria com relação ao ‘mundo’, realidade que

Freud nos diz poder igualar à fantasia no tocante ao tratamento analítico; tampouco a ele reservaria-se qualquer anterioridade¹.

A primeira conseqüência que podemos tirar desses dois passos é a de que, ao modelo de aparelho psíquico freudiano, não há qualquer relação possível senão mediada pela realidade psíquica – ela própria devendo sua origem a um ponto que nos será perpetuamente desconhecido, inconsciente.

A segunda é a de que esse mundo ao qual chamamos de objetivo, mundo da realidade humana, também é resultado de uma operação e deve ser distinguido da ‘exterioridade como tal’.

Quanto a esta, Freud (1925), em alguns momentos de sua obra, como em *Inibição, Sintoma e Angústia*, refere-se chamando-a “*quantidades excessivas de excitação*” (p.129), ou “*acúmulo de quantidades de estímulos*” (p.136) contra os quais o aparelho psíquico, segundo nos instrui, operaria como ‘escudo protetor’, acrescentando ainda que episódios traumáticos seriam aqueles associados a experiências em que este tipo de escudo foi desfeito:

Além disso, deve-se recordar que nas experiências que conduzem a uma neurose traumática o escudo protetor contra os estímulos externos é desfeito e quantidades excessivas de excitação incidem sobre o aparelho mental (FREUD, 1925, p.129).

Em *Além do princípio do prazer* (1920) Freud coaduna esta perspectiva quanto ao movimento de afastamento/isolamento em que se constituiria o aparelho psíquico:

Essas partes são os órgãos dos sentidos, que consistem essencialmente em aparelhos para a recepção de certos efeitos específicos de estimulação, mas que também incluem disposições especiais para maior proteção contra quantidades excessivas de estimulação e para a exclusão de tipos inapropriados de estímulos. É característico deles tratarem apenas com quantidades muito pequenas de estimulação externa e apenas apanharem *amostras* do mundo externo. Podem ser talvez comparados a tentáculos que estão sempre efetuando avanços experimentais no sentido do mundo externo, e então retirando-se dele (FREUD, 1920, p.38). [*grifo nosso*]

Sabemos hoje, pela Física, a que estreita faixa de ondas (elétricas, luminosas, sonoras, etc.) se limita o alcance perceptivo de nossos órgãos sensoriais – e quão

¹ Cf. VIEIRA, 2003, p.27-36, de onde retiramos boa parte das considerações dessa seção.

perturbador é imaginar a que caos seríamos remetidos caso tal limitação desaparecesse! Somos assim levados a concluir, com Freud, que o aparelho psíquico não se constitui, como poderíamos pensar, de modo a atingir uma percepção legítima da exterioridade que o cerca, mas para afastar-se de seu caos invasor, estabilizando-o por meio de uma realidade psíquica.

Sendo assim, a inusitada inversão operada por Freud seria a de que os campos subjetivo e objetivo não são prévios à realidade psíquica, mas, antes, categorias constituídas a partir dela.

Contudo, quanto a esse caos invasor – a que à realidade psíquica corresponderia um efeito de estabilização –, Freud sustentará ainda uma paradoxal aproximação àquele vivido pelo indivíduo em seu foro íntimo, face derradeira do inconsciente

(...) em sua natureza mais íntima, ele [o inconsciente] nos é tão desconhecido quanto a realidade do mundo externo, e é tão incompletamente apresentado pelos dados da consciência quanto o é o mundo externo pelas comunicações de nossos órgãos sensoriais (FREUD, 1900, p.637).

A bem dizer, o conceito de inconsciente guarda uma característica de *desconhecimento* que aproxima, paradoxalmente, um mesmo ponto inapreensível à nossa capacidade perceptiva, tanta ele para dentro ou se nos ofereça Universo afora – um *ponto cego* (tema que retomaremos adiante pela visada lacaniana) que se manterá sempre à frente – “*da ordem do não-realizado*” (LACAN, 1964, p.28), antecipemo-nos aqui – tanto dos mais sofisticados instrumentos de investigação e acesso ao mundo empírico, quanto das mais introspectivas formas de rastreamento da consciência, anseio que Lacan nos descrê de maneira jocosa dizendo “*quando mais nenhuma abertura restará diante no coração do sujeito*” (LACAN, 1964, p.210).

Também em Freud (1900) encontramos menção a esse limite, quando nos atesta não poder esperar que os sistemas psíquicos a que se refere, entre eles o inconsciente, possuam qualquer tipo de existência localizável no corpo,

(...) as idéias, os pensamentos e as estruturas psíquicas em geral nunca devem ser encaradas como localizadas em elementos orgânicos do sistema nervoso, mas antes, como se poderia dizer, entre eles. (...) Tudo o que pode ser objeto de nossa percepção interna e virtual é como a imagem produzida num telescópio pela passagem

dos raios luminosos. Temos justificativa para presumir a existência dos sistemas que não são, de modo algum, entidades psíquicas e nunca podem ser acessíveis à nossa percepção psíquica semelhantes às lentes do telescópio, que projetam a imagem (FREUD, 1900, p.636)². [grifo nosso]

Ademais, Freud virá associar, ainda, as *exigências pulsionais* enquanto excesso concernente a estímulos que nos seriam íntimos³, como explicita durante a *Conferência XXXI – Dissecção da personalidade psíquica* (1933):

É a parte obscura, a parte inacessível de nossa personalidade; o pouco que sabemos a seu respeito, aprendemo-lo de nosso estudo da elaboração onírica e da formação dos sintomas neuróticos, e a maior parte disso é de caráter negativo e pode ser descrita somente como um contraste com o ego. Abordamos o id com analogias; denominamo-lo caos, caldeirão cheio de agitação fervilhante. Descrevemo-lo como estando aberto, no seu extremo, a influências somáticas e como contendo dentro de si necessidades instintuais [pulsionais] que nele encontram expressão psíquica; não sabemos dizer, contudo, em que substrato (FREUD, 1933, p.78). [grifo nosso]

Verifica-se aqui esse ponto de interseção, terreno inconsciente⁴, de onde brota para Freud a realidade psíquica e a partir de onde os campos de construção do ‘eu’ e do ‘mundo’ irão se dissociar, estabilizados quanto ao excesso aniquilador e invariavelmente incompatível à subsistência dessa realidade:

Assim, o ego combate em duas frentes: tem de defender sua existência contra um mundo externo que o ameaça com a aniquilação, assim como contra um mundo interno que lhe faz exigências excessivas” (FREUD, 1938, p.213)⁵.

Fica assim estabelecido, com Freud, sob efeito de uma estabilização de estímulos múltiplos e excessivos, o campo de realidade psíquica a partir do qual o

² Cf. VIEIRA, 2005.

³ Aspecto também retomado por Lacan, ao longo do Seminário 11 (1964), enquanto *realidade sexual do inconsciente*: “Vamos ao fato. A realidade do inconsciente é – verdade insustentável – a realidade sexual. Em cada oportunidade Freud articulou isto, se assim posso dizer, com firmeza” (LACAN, 1964, p.143). Abordaremos esse tema mais especificamente na seção 1.3 do presente capítulo.

⁴ Ponto o qual Lacan, ao longo do Seminário 7 (1960), irá sugerir pelo neologismo que cria chamando-o ‘extimidade’: “esta exterioridade íntima, esta extimidade” (LACAN, 1960, p.173), espécie de oxímoro condensado num só verbete.

⁵ O papel específico do ego no aparelho psíquico, aqui mencionado, será melhor investigado na seção 1.3.

indivíduo humano vive e se desloca, se aborrece e entusiasma, em experiências vividas de maneira concreta por seu aparato psíquico.

É preciso frisar o caráter de concretude dessa experiência para não restar ao conceito de realidade psíquica qualquer analogia a um estatuto meramente subjetivo e impalpável tal ao de uma lente deformadora. É nessa direção que podemos avançar agora em companhia de Lacan.

1.2 Uma imagem banhada de sentido

Em 1953, Lacan introduz uma tríade conceitual – distinguindo os registros Real, Simbólico e Imaginário – que, segundo Miller, seguirá como “*a pedra de toque de seu ensino*” (MILLER, 1987, p.15), e a partir da qual se origina, assim como torna original, toda uma releitura de Freud.

Quanto ao conceito de realidade psíquica freudiano, encontramos uma articulação do mesmo face a esses três registros, numa passagem do Seminário 22 (1975):

(...) Simbólico, Imaginário e Real são deixados independentes, estão à deriva em Freud, tanto é isso que lhe foi necessária uma realidade psíquica que atasse essas três consistências (LACAN, lição de 14/01/1975, inédito). [*tradução nossa*]

Tal proposição nos parece sugerir que com o conceito de realidade psíquica Freud articulasse de modo um tanto extenso (o que portanto implica em toda uma dificuldade de interpretá-lo ao longo de sua obra) algo que foi necessário a Lacan destrinchar a partir de três registros⁶.

⁶ Na verdade, na passagem citada, Lacan (1975) pretende conferir à realidade psíquica um estatuto de quarto elemento em sua tríade de registros, dimensão a qual não iremos explorar aqui. Cremos que a leitura proposta já baste aos objetivos desse trabalho.

Passemos então ao exame do que Lacan propôs circunscrever em cada um desses registros segundo a ótica do que pudemos avançar até aqui quanto aos princípios do conceito de realidade psíquica freudiano:

- Primeiramente, o registro do Real, localizado pelo que da *realidade material* freudiana concerniria à ‘exterioridade como tal’, a ela atribuídas as qualidades de um caos disforme e excessivo ao qual, sobretudo, não se tem acesso. “*Cada vez que queremos verdadeiramente abordar o que diz respeito ao Real, o Real é sempre o impossível*” (LACAN, lição de 15/12/65, inédito). [tradução nossa]
- Quanto ao registro Imaginário, caberia-nos dissociá-lo, antes de mais nada, da analogia à imaginação, atividade ideativa e fantasiosa do pensamento⁷, devendo remetê-lo, sim, à *imagem* – esta, nunca estritamente subjetiva, mas constituinte da dimensão concreta onde nos deslocamos. “*Não há Imaginário que não suponha uma substância. Eis aí um fato estranho, mas é sempre no Imaginário, a partir do espírito que dá substância a esse modelo, que as questões que daí se formulam são secundariamente colocadas para o Real*” (LACAN, lição de 17/12/74, inédito). [tradução nossa]
- Ao registro Simbólico foi, por sua vez, atribuído o campo da linguagem. Lacan irá conceituar a linguagem tratando-a como estrutura, rede extensa de palavras articuladas uma à outra segundo suas relações lógicas e formais, e que constituem – ponto que aqui ressaltamos – um eixo próprio que vigora tal ao *Verbo* bíblico, anterior ao que dele se faz *carne*; um campo de alteridade radical, *campo do Outro*, onde também se situam a pluralidade dos sentidos concernentes à cultura. “*Hoje em dia, no tempo histórico em que estamos, de formação de uma ciência, que podemos qualificar de humana, mas que*

⁷ Cf. ELIA, 2004, p.127.

é preciso distinguir bem de qualquer psicossociologia, isto é, a lingüística, cujo modelo é o jogo combinatório operando em sua espontaneidade, sozinho, de maneira pré-subjetiva (...)” (LACAN, 1964, p.26).

Dito isso, podemos agora fazer referência, ainda que de maneira comedida, aos registros introduzidos por Lacan, avançando acerca da investigação da construção da realidade para um sujeito.

É preciso frisar primeiramente que, para Lacan, qualquer tipo de consideração acerca dos três registros deverá levá-los em conta simultaneamente, aspecto que mais tarde será materializado por ele através da topologia com o uso do nó borremeano, tema que deixaremos por desenvolver numa próxima oportunidade.

Por ora, nos caberia ressaltar a introdução – bastante característica ao ensino de Lacan – do registro Simbólico.

Já compreendemos que a realidade psíquica freudiana não é constituída a partir da diferença entre ‘eu’ e ‘mundo’, mas, ao contrário, lhes é constituinte. Bastaria então propor, segundo Lacan, o exame de que essa constituição, essa estabilização da realidade do ‘eu’ e do ‘mundo’, só viria a cabo por uma mediação *via linguagem* – ou seja, à função de construção da realidade atribuída por Freud à realidade psíquica, Lacan acrescenta o Outro da linguagem – só a partir de onde algo poderia vir a se estabilizar: a partir de quando o aparelho psíquico aprende a dar nome aos elementos que o cercam, no que os discrimina (operação a qual Lacan se refere, desde que inicia seu ensino, como *simbolização*).

Mas quem nos introduz ao campo dos símbolos? Certamente não nascemos instruídos dos mesmos – aqui, poderíamos operar, com Lacan, semelhante inversão à antes verificada em Freud: nascemos instruídos *pelos* mesmos.

O eixo Simbólico preexiste ao corpo do feto que nele irá se banhar, e é só a partir desse encontro que irá se produzir o sujeito, ponto onde Lacan se distancia de quaisquer tentativas de apreensão desse advento pela via protocolar de uma ciência, seja ela biológica ou psicológica, arrolada em passos de um desenvolvimento a partir das interações recíprocas entre organismo e meio:

Essa definição simples supõe que a linguagem não se confunda com as diversas funções somáticas e psíquicas que a desservem no sujeito falante.

Pela razão primeira de que a linguagem, com sua estrutura, preexiste à entrada de cada sujeito num momento de seu desenvolvimento mental (LACAN, 1966, p.48).

Fica portanto impossível, a partir da visada lacaniana, desatrelar o sujeito humano (ser falante, ou *falasser* [parlêtre]) do discurso, da cadeia simbólica que o funda.

De modo que Lacan irá conferir importância *sine qua non* à presença de ‘outrem’ na constituição do sujeito, a ela confiando o papel de suporte à transmissão da cadeia simbólica.

Isso nos autoriza indicar, em Lacan, o radical efeito que o eixo significante assume em sua teoria, aí incluída a maneira do aparelho psíquico construir a realidade.

Ao falarmos numa estabilização enquanto realidade psíquica, não podemos supor então, com Lacan, uma imagem enquanto simples substrato de excessos perceptivos, mas enquadrada sobretudo a partir de uma linha de sentido, onde vêm amarrados seus múltiplos estímulos constitutivos então subordinados ao efeito dos significantes.

Um exemplo disso nos é dado por Vieira (2003), segundo Lacan o dispõe ao longo do Seminário 3 (1956), evocado a partir de uma passagem do *Zaratustra* de Nietzsche (1892), e que Lacan chama “*paz do entardecer*” (LACAN, 1956, p.156). Trata-se de uma sensação de paz oriunda do fim da jornada de trabalho concomitante à diminuição da luz do dia.

Segundo Lacan nos indica através desse exemplo, não se pode esperar que essa sensação de paz seja vivida pelo ser falante enquanto pura resposta ao dado fenomênico, da redução da luminosidade solar na medida em que a rotação do horizonte a esconde – esta que acomete aos animais afastados da convivência humana um mero sinal para seu ciclo de comportamento. Ao sujeito que fala, portanto, não resta qualquer possibilidade do apagamento da luz diurna vir a constituir-se como impressão desatrelada de sua imersão na caldeira simbólica, e o efeito mais curioso dessa sensação de paz – como de qualquer outra provocada pelo crepúsculo: medo,

ansiedade, nostalgia – é o caráter paradoxal com que sua origem nos suscita uma espécie de indeterminação, ou continuidade, entre o dentro e o fora⁸.

Em termos lacanianos, portanto, a distinção entre ‘dentro’ e ‘fora’ – que tanto poderia nos confundir a leitura da realidade psíquica de Freud reduzindo-a a uma interioridade subjetiva apartada do mundo material – dá lugar assim a um novo tipo de oposição que nos difere agora 1) a realidade, imagem/sentido do ‘eu’ e do ‘mundo’ forjada tão somente através de uma marca significante doada pela linguagem; 2) do Real, que, por sua vez, irá revelar-se enquanto ‘impossível de simbolizar’, isto é, resto inacessível que se apresenta como *sem-sentido/fora-do-sentido* na montagem em que é erguida toda e qualquer realidade.

1.3 A realidade libidinizada

Um outro nome dado por Lacan a esse resto não simbolizável foi o de *objeto*, ao qual alude acrescentando à sua maneira o *a* minúsculo.

O tema do objeto, pela via da relação de satisfação/insatisfação estabelecida pelo aparelho psíquico em sua tentativa de encontro com ele, merecerá então o devido exame face ao que ali irá se articular o conceito de cadeia significante introduzido por Lacan.

Retomemos então a montagem da realidade psíquica freudiana situando-a agora em relação ao objeto.

A partir do artigo *Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental*, Freud (1911) introduz o conceito de *princípio de prazer*, a ele atribuindo a idéia de uma busca do aparelho psíquico pela permanência no estado de prazer,

⁸ Citando Vieira: “A paz do entardecer não é uma criação/resposta dos meus neurônios a um dado fenômeno. Ela é anterior e posterior a mim. Temos o sentimento irresistível de que ela é nossa no momento em que somos tomados por ela, mas percebemos agora que ela está também fora. Ela não é nem externa nem interna. Isso aparece claramente nesta paz que nos invade pois neste momento é impossível de dizer se este sentimento vem de dentro, de nós mesmos, ou de fora, dos movimentos do mundo” (VIEIRA, 2003, p.27-36).

segundo a qual o mesmo estaria submetido a um processo onde qualquer eventual tensão (ou desprazer) devesse ser reconduzida ao equilíbrio (homeostase) através de um processo de descarga.

Estes processos esforçam-se por alcançar prazer; a atividade psíquica afasta-se de qualquer evento que possa despertar desprazer. (...) Nossos sonhos à noite e, quando acordados, nossa tendência a afastar-nos de impressões aflitivas são resquícios do predomínio deste princípio e provas do seu poder (FREUD, 1911, p.238).

Até aqui, a idéia que destacamos diz respeito a um tipo de evitação do aparelho psíquico ao que Freud chama “*impressões aflitivas*” (*Ibid.*), o que anteriormente, na seção 1.1, pudemos articular ao movimento de isolamento/afastamento do aparelho, necessário à constituição da realidade.

Contudo, ao princípio de prazer também se articula um processo de descarga, que necessariamente implica um remetimento ao objeto, pela constatação tão evidente de que o aparelho psíquico não extrai sua subsistência ou, ainda, a satisfação de suas necessidades, senão a partir de uma busca por aquilo que se lhe apresenta como exterior a ele. “*A descarga motora foi agora empregada na alteração apropriada da realidade; foi transformada em ação*” (*Ibid.*, p.240).

E uma vez que o pólo motor – localizado na saída do que Freud, em 1900, concebe como modelo ao aparelho psíquico⁹ – precisa agora interferir na realidade através de algum tipo de alteração que lhe conceda descarga, se faz necessário evocar o conceito com o qual Freud virá aplicar a idéia de *atividade* do aparelho, a saber, a pulsão, resumidamente entendível como força que pulula no organismo e o incita à atividade de busca pelo objeto.

A pulsão irá implicar em toda a dinâmica de investimento do aparelho psíquico, sendo a representante motriz do princípio de prazer freudiano.

Virá somar-se, portanto, à nossa investigação acerca da construção da realidade psíquica o elemento que a libidiniza: as exigências pulsionais que, antes, na seção 1.1, havíamos nos referido a partir de Freud (1938) enquanto estímulos provenientes do mundo interno do indivíduo (e, ainda, na medida do que Lacan, ao longo do

⁹ Apresentado na *Interpretação dos sonhos* (1900) segundo um esquema contendo uma entrada perceptiva, uma reserva de traços de memória e uma saída motora (FREUD, 1900, p.568).

Seminário 11 (1964, p.143), a elas se refere enquanto ‘realidade sexual do inconsciente’).

Em seu artigo de 1920, *Além do princípio de prazer*, Freud irá então dividir o domínio das pulsões em duas classes (p. 86), *de vida (Eros)* e *de morte (Tânatos)*, relacionando-as ao conceito de princípio de prazer anteriormente estabelecido em 1911.

No referido artigo de 1920, Freud virá atestar que, se por um lado, a realidade psíquica do aparelho se constitui num movimento de estabilização dos estímulos que o impelem ir ao encontro do objeto, garantido-lhe assim a manutenção de suas tensões através de uma satisfação/descarga controlada (parcial) em seu acesso a eles – nível da pulsão de vida; por outro lado, constata uma dimensão *mais além* em seu princípio psíquico, de tal ordem que se levada a termo implicaria no aniquilamento do aparelho, ou seja, na redução das tensões a zero, “*o princípio de prazer parece, na realidade, servir às pulsões de morte*” (FREUD, 1920, p.108).

Isso irá implicar, em conseqüência, um duplo e contraditório movimento do aparelho em relação ao Real: ao mesmo tempo em que o evita/estabiliza para permanecer existindo, luta para buscá-lo¹⁰.

De acordo com Freud (1923):

(...) torna-se provável que devemos reconhecer a existência de duas classes de instintos [pulsões], correspondentes aos processos contrários de construção e dissolução no organismo. (...) Os instintos eróticos e os instintos de morte estariam presentes nos seres vivos em misturas ou fusões regulares, mas ‘desfusões’ também estariam sujeitas a ocorrer. A vida consistiria nas manifestações do conflito ou na interação entre as duas classes (FREUD, 1923, p.358).

Caberia então passarmos à investigação de como se estabelece a dimensão desse *mais além* indicado por Freud para, ainda, atrelar sua concepção ao conceito de cadeia significante lacaniano, sem o qual – como pudemos introduzir na seção anterior – não há vivência humana possível.

Para tanto, retomemos Freud, num dos mais comentados capítulos de seu Projeto de 1895, *A experiência de satisfação*. Ali, Freud se dispõe a examinar os

¹⁰ Cf. VIEIRA, 2003, p.27-36.

processos inaugurais do recém-nascido quanto à obtenção da satisfação de suas necessidades. Descreve-nos um primeiro momento em que os traços mnêmicos onde serão inscritos os estímulos referentes à introdução do seio materno virão se conectar à satisfação obtida através dele – momento que constitui o que Freud vem a chamar de *satisfação original*: esta que irá cumprir, segundo Lacan nos dirá ao longo do Seminário 7 (1960), a “*função de mito*” (p. 178) diante de todas as demais que se seguirão.

Prosseguindo em seu texto, Freud nos indica um segundo momento em que uma nova ativação da necessidade, ora suprida pelo seio, vem evocar no aparelho “*algo idêntico a uma percepção – a saber, uma alucinação*” (FREUD, 1895, p.372) do mesmo. Freud voltará ao exame desse fenômeno na *Interpretação dos sonhos* (1900), tal como o lemos:

Em decorrência do vínculo assim estabelecido [estímulo do seio e satisfação pelo alimento], na próxima vez em que essa necessidade for despertada, surgirá de imediato uma moção psíquica que procurará recatexizar a imagem mnêmica da percepção e reevocar a própria percepção, isto é, restabelecer a situação da satisfação original (FREUD, 1900, p.594-595).

Aqui podemos verificar, sob novo ângulo, a proposição freudiana acerca da constituição da imagem psíquica: ela não resulta de uma mera reprodução (ainda que em substrato) dos objetos dispostos no campo visual tal como realizam as lentes de uma câmera fotográfica, mas está atrelada a catexias pulsionais que irão construir essa imagem sob certo tipo de exigência.

Lacan nos irá propor, então, ao longo do Seminário 5 (1958, p.225), que somente a partir de uma nova experiência obtida (o que implica necessariamente a ação específica de outrem) é que tal satisfação poderá ser vivida: para tanto é preciso que se repita a conexão – que, portanto, nada tem de inata – entre o que antes era pura incitação sem sentido e uma imagem que, retroativamente, se constituirá enquanto objeto de satisfação (ou melhor, de desejo) doando sentido àquela necessidade. Aí se instaura a dimensão do desejo, desejo de alguma coisa, do seio no caso.

O que decorrerá dessa segunda passagem, contudo, é que já não se poderá extrair dela uma satisfação tão plena, uma vez que o objeto agora só será atingível a

partir de sua alucinação – esta que, ao mesmo tempo que o evoca, o distingue do primeiro.

O surgimento do segundo princípio freudiano, *princípio de realidade*, irá se apresentar, então, segundo Lacan (1958, p.225), enquanto uma discordância fundamental entre a experiência original de satisfação – mítica, portanto, porque nunca vivida enquanto realidade psíquica – e as seguintes, obtidas a partir de um acoplamento (ou nodulação) da imagem alucinada do objeto com sua fração Real – o que, só assim, concede possibilidade à descarga¹¹.

O emprego do verbo *alucinar*, nesse caso, poderá ser entendido em Freud não como o de uma imagem puramente interna (subjetiva), mas como representante do desencontro entre o buscado e o encontrado no objeto, tal como nos diz Lacan ao longo do Seminário 3 (1956):

Toda apreensão humana da realidade está submetida a essa condição primordial – o sujeito está na busca do objeto de seu desejo, mas nada o conduz a ele. A realidade, na medida em que ela está sub-tendida pelo desejo, é no início alucinada. A teoria freudiana do nascimento do mundo objetual, da realidade tal como ela é expressa no fim da *Traumdeutung* [*Interpretação dos sonhos*] por exemplo, e retomada a cada vez que se trata dela essencialmente, implica que o sujeito fique em suspensão com respeito ao que constitui seu objeto fundamental, o objeto de sua satisfação essencial (LACAN, 1956, p.101).

Avançando, verificamos que no mesmo Projeto de 1895, Freud parte na tentativa de precisar o lugar e a função do ego. Frente ao caráter fundamentalmente alucinatório de satisfação do desejo, nomeado *processo primário*, ficaria então o ego incumbido de certo tipo de ajuste à realidade, em caráter *secundário*: seria ele o responsável pelo acoplamento entre o jogo de imagens alucinadas e a percepção do meio, garantindo assim o acesso (parcial) aos objetos, bem como a iminente descarga do aparelho. Tal concepção delega um caráter propriamente adaptativo ao ego, concepção que a experiência clínica de Freud não tardará em lhe dissuadir.

¹¹ Citando Lacan: “É nessa própria discordância que se abre a hiância que permite à criança obter um primeiro reconhecimento do objeto” (LACAN, 1958, p.225), entendido aí um tipo de reconhecimento que se dá através de uma imagem alucinada do objeto a separá-lo de sua integridade Real, agora inacessível.

E como pudemos já observar na seção 1.1, com base no texto freudiano sobre a origem do narcisismo (1914), assim como os objetos, também o ego erigirá para Freud como miragem numa realidade psíquica forjada a partir de uma matriz inconsciente, o que destitui qualquer posto de capitania à desamparada embarcação psíquica.

Isso implicará numa indeterminação sobre qualquer tipo de definição *a priori* que pudesse vir inscrita no aparelho enquanto endereço específico de remetimento das exigências pulsionais. A essa incitação vital não há objeto próprio, peculiar, passo em que a psicanálise rompe com todo pensamento científico aristotélico e coloca-se em definitivo no terreno de uma ética para o desejo¹².

As conexões de remetimento ao objeto, portanto, nesse tatear pulsional, só irão encontrar sua amarração (segundo pudemos avançar com base em Lacan na seção anterior) uma vez vinculadas ao eixo Simbólico – no que se introduz, ali no momento de construção da imagem/alucinação do objeto, sua dimensão significante, enquanto processo de simbolização que lhe reveste de sentido.

Tal amarração, Lacan (1958) nos irá dizer ainda, doada inexoravelmente pela ação de outrem, também encontrará suporte, nesse outrem, a conferir lugar ao Outro:

Eis, portanto, uma coisa que deve sempre lembrar-nos que, se é verdade que podemos abordar o princípio de prazer sob o ângulo da satisfação fundamentalmente irreal do desejo, o que caracteriza a satisfação alucinatória do desejo é que ela se propõe no campo do significante e implica, como tal, um certo lugar do Outro. Aliás, não se trata forçosamente de um Outro, mas de um certo lugar do Outro, na medida em que ele é exigido pela proposição da instância do significante (LACAN, 1958, p.229).

Para Lacan, esse momento peculiar – em que o aparelho se constituirá enquanto organização capaz de buscar certa satisfação em determinados objetos, momento em que se instaura, portanto, a dimensão do desejo – irá tratar, sobretudo, “*da travessia pela intenção desejante do que se coloca para o sujeito como a cadeia significante*” (LACAN, 1958, p.227), que está “*desde logo constituída na mãe, de lhe impor [ao sujeito], na mãe, sua exigência e sua barreira*” (*Ibid.*, p.226).

¹² Cf. LACAN, 1960, p.14 e também ASSAD, 2000, p.24

Lacan irá então afirmar a *primazia simbólica* – uma vez que a cadeia significante preexiste ao sujeito – em conformidade ao que antes havia sido indicado por Freud enquanto determinismo psíquico direcionado segundo o domínio das pulsões (não arbitrado pelo ego), de acordo com este novo estatuto ético-clínico em que se constitui a psicanálise.

O empenho de Lacan, ainda, buscará atrelar ao aparato significante a pertinência em se falar de um *mais além* no desejo. Este, não dirá respeito meramente ao desencontro com o Real dado o caráter alucinatório do objeto, mas, igualmente, vinculado ao efeito de sentido que dispõe o objeto numa “*trama de fabulação*” (LACAN, 1958, p.239).

De fato, a experiência que temos dos sonhos mais simples da criança não é a de uma simples satisfação, como quando se trata da necessidade da fome. Ela é algo que já se apresenta com um caráter de excesso, como exorbitante (...) – *cerejas, morangos, framboesas, pudim*, tudo o que já entrou numa característica propriamente significante, por ter sido proibido (LACAN, 1958, p.229)

E será a partir dessa ‘trama de fabulação’, no que ela se complexifica e se amplia de acordo com a incorporação do repertório lingüístico, que irá derivar a *fantasia* em sua forma adulta, ou seja, a subjetivação de um certo número de histórias que irão compor a consistência do ‘eu’ e do ‘mundo’ através de uma rede de episódios inconclusos que terão invariavelmente como tema de fundo o reiterado desencontro com o Real¹³.

Tal formulação foi também escrita por Lacan a partir de um [i], representante da imagem/sentido, recobrando um [a], traço de desencontro em tudo aquilo que possa vir a ser desejado/simbolizado, e por onde o *objeto* vem a se apresentar enquanto impossível de apreender. Desse modo, lê-se a fórmula lacaniana [i(a)].

Já o conceito de fantasia, caro à teoria psicanalítica, nos requererá um exame pormenorizado; e a ele dedicamos o capítulo seguinte.

¹³ Cf. VIEIRA, 2003, p.27-36.

Segundo Capítulo

ENQUADRES DA FANTASIA

2.1

Buzz Lightyear e o sujeito nadificado

Para ajudar-nos a abordar o conceito de fantasia¹ em psicanálise, iremos dispor do exame de um roteiro de ficção para o cinema, a saber, do longa metragem de animação *Toy Story*, de John Lasseter (1995), importando-nos, especificamente, o percurso de um de seus personagens principais de nome Buzz Lightyear.

Trata-se de um roteiro claramente infantil, situado num mundo semelhante ao universo comum de uma família de classe-média americana, onde, no entanto, os brinquedos têm vida própria na ausência do olhar humano.

No quarto de Andy, existe uma legião de brinquedos comandados por um deles, o *cowboy* Woody, preferido do menino; há suspense no quarto, pois é noite de Natal e a chegada de um brinquedo mais moderno que Woody é sentida por ele com ameaça. Quando, no entanto, são deixados sozinhos na companhia de Buzz Lightyear – um tipo moderno de super-herói astronauta –, os demais são surpreendidos por um dado inesperado com relação ao recém-chegado colega: à exceção dele, todos dão conta do fato de serem apenas brinquedos. Buzz, todavia, age como se desconhecesse isso, e perfaz toda sua atuação seguramente identificado ao roteiro prescrito em sua caixa – onde há um desenho seu proferindo através de um balão

Aqui é BUZZ LIGHTYEAR.

¹ O vocábulo *fantasma* é por vezes adotado, nos meios lacanianos, de modo a contrapor-se ao de *fantasia* em suas ressonâncias na psicanálise kleiniana e mesmo na psicologia (enquanto mero *devaneio*). Trata-se, na verdade, das *phantasien* freudianas que, ao serem traduzidas para o francês, foram batizadas pelo terno – até então em desuso – *fantasmes*. Nas traduções para o português das obras de Lacan, tanto *fantasia* quanto *fantasma* vêm sendo utilizados em diferentes publicações (MILLER, 1987, p.151 – *N. do T.*). Para abordar o conceito lacanian no presente trabalho, optamos por *fantasia*.

Estou lotado no Quadrante Gama do setor 4.
 Como membro da unidade de elite de Proteção do Universo,
 da Patrulha Espacial, eu protejo a galáxia contra a ameaça
 de invasão do Imperador do Mal Zurg,
 inimigo jurado da Aliança Galáctica.²

Este peculiar personagem de *Toy Story* (1995) interessará nossa pesquisa – tanto pela condição inicial em que se apresenta, quanto em determinadas situações onde ela se desdobra até o momento de seu desfecho – pelo que de sua história nos servirão aspectos que aqui iremos destacar como alegoria à apreciação de certos temas que desejamos desenvolver.

Primeiramente, quanto à sua condição inicial, destacamos um aspecto articulável ao efeito de *captura do sujeito* pela linguagem, segundo Lacan (1958) o alude numa das classes do Seminário 6:

A estrutura da cadeia significante, a partir do momento em que realiza o chamado ao Outro, quer dizer, de onde a enunciação se superpõe, se distingue da fórmula do enunciado, exigindo algo que é justamente a captura do sujeito que era inicialmente inocente, mas que aqui a matiz é essencial, é inconsciente na articulação da palavra (LACAN, lição de 12/11/58, inédito). [*tradução nossa*]

Segundo podemos observar, a captura do sujeito aqui indicada implica igualmente uma distinção empregada por Lacan sob os termos *enunciação* e *enunciado*. Nessa medida, far-se-á de grande importância a questão de examinarmos como Lacan veio diferenciar o que chama ‘sujeito’ face às identificações do ‘eu’: “Tenho três irmãos, Paulo, Ernesto e eu” (LACAN, 1964, p.26), com a frase inusitada, retirada da fala de uma criança e apresentada ao longo do Seminário 11, Lacan nos oferece já uma primeira idéia do que podemos então discernir entre o domínio daquele que conta – sujeito da enunciação –, do que é contado – sujeito do enunciado.

Por essa via, Lacan (1965) dirá em *A ciência e a verdade* que o ‘sujeito’ de que trata sua psicanálise é o mesmo introduzido por Descartes enquanto ‘sujeito da ciência’: “Dizer que o sujeito sobre quem operamos em psicanálise só pode ser o

² Vale salientar a ênfase dada pelo roteiro ao instante em que Woody observa o colega repetir linha a linha, na medida em que se apresenta aos demais, o presente texto.

sujeito da ciência talvez passe por um paradoxo. É aí, no entanto, que se deve fazer uma demarcação” (LACAN, 1966, p.873).

De acordo com J. C. Milner, à máxima cartesiana ‘*penso, logo sou*’ Lacan evita a passagem do primeiro ao segundo tempo (MILNER, 1995, p.34), isto é, retém a ênfase de seu sujeito no ponto ínfimo onde se origina a premissa do cogito « *penso* », em detrimento a tudo mais que possa vir revesti-lo – *logo isso, logo aquilo* – enquanto enunciado. Reduz, portanto, o sujeito a um ponto ‘nadificado’, sem qualquer substância ou atribuo adjetivo:

No limite, o processo dessa meditação, dessa reflexão refletidora, chega até a reduzir o sujeito que percebe a meditação cartesiana a um poder da nadificação.

O modo de minha presença no mundo é o sujeito, no que, à força de se reduzir a essa única certeza de ser sujeito, ele se torna nadificação ativa (LACAN, 1964, p.81).

Jacques-Alain Miller (1987) também nos ajuda circunscrever a pontualidade evanescente do sujeito de que trata Lacan em relação ao estabelecido por Descartes:

Vocês conhecem a função da dúvida hiperbólica de Descartes. O esvaziamento da esfera psíquica, o esvaziamento do universo das representações, o esvaziamento de tudo o que é imaginário. O *cogito*, em sua identidade, só surge como resíduo ineliminável dessa operação de esvaziamento. Nesse sentido, para acompanhar a argúcia de Lacan sobre o tema, a evidência é a de um sujeito esvaziado que não existe, de modo algum, como uma esfera que implicaria um monte de representações, de qualidades e propriedades diversas, mas sim como um simples ponto desvanescente (MILLER, 1987, p.50).

Vale salientar, ainda, a notável analogia apresentada por Lacan (1964), também no Seminário 11, no que concerne ao papel desse ponto por onde o sujeito advém, expresso enquanto *ponto de perspectiva* da imagem:

(...) é em torno das pesquisas sobre a perspectiva que se centra um interesse privilegiado pelo domínio da visão – cuja relação com a instituição do sujeito cartesiano que é também uma espécie de ponto geometral, de ponto de perspectiva, não podemos deixar de ver. E ao redor da perspectiva geometral, o quadro (...) se organiza de modo inteiramente novo na história da pintura (LACAN, 1964, p.86).
[grifo nosso]

Aqui, Lacan observa que as dimensões sem escala das figuras representadas nos quadros medievais dão lugar, a partir do Renascimento, a obras cujo ponto geométrico estabelece uma proporção fidedigna às formas, tal à fotografia, pelo efeito das linhas de luz repousarem sobre um mesmo ponto ótico.

Será, portanto, em analogia a esse ponto com relação ao sujeito, que Lacan (1964) nos localizará a perspectiva em que a realidade psíquica é enquadrada/erguida – ponto que, no entanto (conforme pudemos observar no capítulo anterior com relação à fonte inconsciente por onde provém a realidade psíquica [cf. Seção 1.1, p.08] resta inacessível, de modo que Lacan também se referirá ao sujeito chamando-o “*sujeito do inconsciente*” (LACAN, 1964, p.40).

Passemos então ao exame de como Lacan desenvolverá o efeito de captura desse sujeito.

2.2 De um eixo em espelho a um Outro eixo

O início do ensino de Lacan será em grande parte dedicado à tentativa em formalizar de que maneira as identificações do ‘eu’ vêm revestir o sujeito, o que resulta uma concepção única do Imaginário no interior do movimento analítico (BROUSSE, 1989, p.80).

Uma de suas primeiras elaborações consistirá no que chamou *Estádio do espelho* (1936)³ e que nos remete novamente aos estádios precoces de constituição do indivíduo, contemplados então a partir da formação de sua própria imagem corporal.

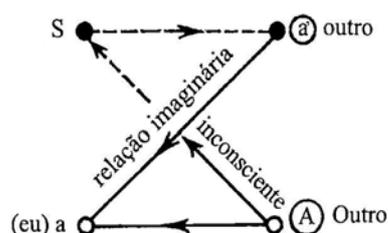
De acordo com o referido artigo, será através do espelho que a criança virá unificar a fragmentação primeira de suas impressões corpóreas; virá de sua imagem refletida “*o complemento ortopédico dessa insuficiência nativa, desse desconcerto,*

³ Artigo retomado por Lacan em 1949, e posteriormente publicado nos *Escritos* (1966, p.96-103).

ou desacordo constitutivo, ligado a sua prematuração no nascimento” (LACAN, 1956, p.113).

Tal unificação, contudo, só será levada a termo – Lacan insistirá – a partir da presença de outrem, que é quem assente à criança esta unidade, revestindo-a de sentido, tal qual o faz com relação aos objetos que introduz (*cf.* Seção 1.3, p.19) enquanto via de acesso à cadeia simbólica: aqui, por sua vez, esse efeito é demonstrado na forma de uma captura que se volta, através do espelho, sobre o próprio corpo vivo.

Lacan (1955) irá então deslindar a dialética imaginária através de um esquema⁴ que se segue ao estágio do espelho, dito esquema L, por sobre um eixo no qual a imagem do eu se reconhece a partir da de seu semelhante, em $a—a'$, segundo vemos



Será primeiramente a partir desse eixo $[a—a']$ que a fantasia será estudada por Lacan (BROUSSE, 1989, p.80). Ele nos permitirá entrever que a relação do eu com o mundo terá por característica um cunho fundamentalmente antropomórfico, marcada por sua “*relação em espelho*” (LACAN, 1956, p.113).

Vemo-lo em nosso esquema, estendido entre a e a' , ou seja, no véu da miragem narcísica, eminentemente adequada para sustentar, por seus efeitos de sedução e captura, tudo o que nela vem refletir-se (LACAN, 1966, p.557).

Um exemplo dessa relação propriamente especular iremos retirar do livro de Carl Sagan, *Contato* (1985). Trata-se de um romance onde as primeiras emissões de televisão realizadas pela humanidade nos são devolvidas por um tipo de inteligência extraterrena, que teriam como ponto de rebatimento o sistema orbital por nós batizado

⁴ Apresentado no *Seminário sobre “A carta roubada”* (1955), publicado nos *Escritos* (1966, p.11-66).

de Vega. Consta, porém – e nisso o autor se vale de um dado histórico –, que o conteúdo da primeira transmissão televisiva humana consista nos gestos de Hitler abrindo as olimpíadas de Berlim em 1936, fato que até aí não implicaria em nenhum sentido a mais a não ser o de que teríamos sido localizados por outra forma de vida no espaço, mas de onde os neonazistas de nossa época, segundo antevê o autor, só podem concluir a notícia de que seu fùhrer está vivo em Vega⁵.

Freud (1901), por sua vez, no capítulo XII da *Psicopatologia da vida cotidiana*, nos irá assinalar tal efeito no que se refere aos deuses criados pela antiguidade:

Quando os seres humanos começaram a pensar, viram-se constrangidos, como se sabe, a explicar o mundo externo antropomorfi-camente, através de uma profusão de personalidades concebidas a sua semelhança (FREUD, 1901, p.255).

Um outro exemplo desse efeito encontramos na letra da música *Meu guri* (Anexo, p.61), composta por Chico Buarque em 1981, onde um a um dos sinais do envolvimento de um jovem com o banditismo vão sendo recolocados pelo olhar de sua mãe como símbolos do progresso do garoto na vida, refletidos através de seu orgulho por ele – o que também nos parece desenhar com perfeição a relação estabelecida entre *a* e *a'*, segundo o eixo esquematizado por Lacan.

Miller (1987) comenta a respeito da amplitude com que tal eixo, a partir da engenhosidade do esquema L, vem representar uma dimensão primal da clínica psicanalítica: “Com isso [eixo *a—a'*] se obtém uma esplêndida síntese de todo um material clínico, sem dúvida existente, mas que pertence, seja qual for a sua variada e extraordinária complexidade, à relação entre o indivíduo e suas imagens” (MILLER, 1987, p.112).

Contudo, o esquema L se engendra igualmente a partir de um segundo traçado, para onde prosseguimos.

Atravessando a barreira erguida entre *a* e *a'* encontra-se um eixo – delineado de forma descontínua em uma das metades – em cujas extremidades Lacan irá situar, numa ponta, o [S], a designar o ser em sua “inefável e estúpida existência” (LACAN,

⁵ Comunicação oral feita pelo professor e psicanalista Valmir Sbano.

1966, p.555), isso quer dizer, o ser prévio ao encontro com a linguagem; na outra, o [A]⁶, “*tesouro do significante*” (LACAN, 1958, p.154), isto é, sede do que perfaz o *campo do Outro* (cf. Seção 1.2, p.13).

Citando Lacan (1966):

Nesse discurso, como estaria o sujeito implicado, se dele não fosse parte integrante? Ele o é, com efeito, enquanto repuxado para os quatro cantos do esquema, ou seja, S, sua inefável e estúpida existência, *a*, seus objetos, *a'*, seu eu, isto é, o que se reflete de sua forma em seus objetos, e A, lugar de onde lhe pode ser formulada a questão de sua existência (LACAN, 1966, p.555).

De início, este segundo eixo, dito *simbólico*, nos viria indicar que somente a partir do encontro com o campo dos significantes [A] é que o sujeito humano poderá ser nomeado enquanto tal [S], ou seja, virá do Outro da linguagem o material a determinar, através da ação dos significantes, sua aparição intervalar em meio aos atributos com os quais será revestido em *a—a'*.

De uma perspectiva que levasse em conta um tempo posterior à nomeação primeira do ‘ser inefável’ em S, poderíamos então localizar ali o ponto ínfimo de enunciação ora descrito, ou seja, situar em S o ‘lócus do sujeito’ – assim como em A, ‘lócus do Outro’.

Tal eixo de remetimento entre A e S, terá por característica, ainda, a ação própria ao inconsciente (segundo encontramos escrito no esquema): um retorno atravessado às relações especulares do primeiro eixo, dito *imaginário*, que perfará, em relação a elas, aquilo que Freud procurou articular aos “*fragmentos que nos chegam em momentos privilegiados, sonhos, lapsos, chistes*” (LACAN, 1966, p.555).

Retomando o exemplo do romance de Carl Sagan (1985), podemos notar que, através de um contato imprevisto – o Outro ali hipoteticamente encarnado numa forma extraterrena –, a imagem então devolvida a humanidade é, malgrado, a que contém sua face menos acalentada possível, a perfurar todo um eixo de encantamento acerca de seus passos sobre a Terra, a face de Hitler, diante da qual o narcisismo humano encontra grande dificuldade em se reconhecer.

⁶ *Autre*, em francês; (grande) Outro.

Do mesmo modo, o eixo S—A é aquele onde Lacan situa o ‘retorno do recalçado’ freudiano, o inconsciente aqui definido enquanto essa tensão Sujeito—Outro (BROUSSE, 1989, p.81), por onde irão brotar/retornar, em atravessamento à barreira erguida entre *a* e *a'*, desvios insuspeitados.

Caberia então observar o fato de que, se é do domínio de A que brota o inconsciente nesse esquema, este domínio não poderá concernir apenas ao campo Simbólico, mas, igualmente, ao fluxo intempestivo do Real. Desse modo, o que provém do domínio do Outro nesse caso será constituído 1) por significantes, que irão dizer algo desse sujeito – e sobre os quais ele se verá *sujeitado*, sem qualquer escolha uma vez que é por eles nomeado⁷; 2) pela premência da ‘realidade sexual’ em relação ao objeto, domínio das exigências pulsionais, que pudemos também apreciar articuladas ao inconsciente no capítulo anterior.

Tal indistinção dos registros no esquema, podemos evidenciá-la, por exemplo, a partir de um ato falho, que ao mesmo tempo em que traz à tona um significante a mais, para embaraço do eu às voltas com o que não deveria estar ali, só o faz porque premido por uma incitação pulsional a descarrilar a seqüência do discurso, no que revela o sujeito por sob as vestes de um eu não exatamente dono do que diz.

A título de exemplo, trazemos este colhido entre um dos inúmeros relacionados por Freud (1901) na *Psicopatologia da vida cotidiana*:

(...) não faz muito tempo, o Presidente da Câmara de Deputados do Parlamento austríaco *abriu* a sessão: ‘Senhores Deputados; Constato a presença dos membros dessa casa em *quorum* suficiente e, portanto, declaro *encerrada* a sessão!’ Somente a hilaridade geral despertou-lhe a atenção e o fez corrigir seu engano. Nesse caso específico, a explicação foi, sem dúvida, que o presidente *desejava* secretamente já poder encerrar a sessão, da qual pouco havia de bom a esperar. Mas esse pensamento colateral, como freqüentemente ocorre, irrompeu ao menos parcialmente, e o resultado foi ‘encerrada’ em vez de ‘aberta’ — ou seja, o contrário do que se pretendia dizer (FREUD, 1901, p.72).

⁷ Vale lembrar que ninguém escolhe o nome próprio; tampouco, em outro nível, a seqüência em que se codificam seus genes.

2.3 Um roteiro como bordas de uma janela

Se, como havíamos dito, Lacan inicia sua conceituação da fantasia localizando-a através da dialética imaginária estabelecida entre *a* e *a'* no esquema L, podemos agora avançar de modo a que seu estatuto não se confunda ao de uma miopia subjetiva – como antes havíamos nos esforçado em demonstrar quanto à realidade psíquica freudiana.

Pudemos então entrever, com base na tríade de registros lacaniana, a construção de uma realidade humana bastante concreta, cujo sentido e aparição [Imaginário], vivida através de uma marca doada pelo campo do Outro [Simbólico], faz resultar, concomitantemente, a produção de um resto [Real].

Dissemos, ainda, ser dessa montagem que deriva o conceito de fantasia, enquanto organização narrativa do ‘eu’ e do ‘mundo’, “*trama de fabulação*” (LACAN, 1958, p.239) por onde se costuram suas variadas histórias.

Ao longo do Seminário 5, Lacan (1958) virá retomar a dimensão de *roteiro* da fantasia, na acepção própria ao texto ficcional, conforme Freud a apresenta em 1919 no artigo *Uma criança é espancada*⁸: “*Pois bem, toda vez que falamos de fantasia, não convém desconhecemos o aspecto de roteiro ou de história, que constitui uma de suas dimensões essenciais*” (LACAN, 1958, p.421).

Tal dimensão servirá a Lacan para exprimir a montagem segundo a qual a cadeia de significantes se entretetece de modo a roteirizar/organizar o ‘mundo’ a que tem acesso, bem como situar, ali, o ‘eu’ que o habita. “*Ela [a fantasia] (...) é algo que não apenas o sujeito articula num roteiro, como no qual ele próprio se coloca em cena*” (LACAN, 1958, p.421).

Quanto ao estatuto de *cena* da fantasia, nos será possível apreciá-lo conforme Lacan o relê em Freud a partir de dois aspectos: o primeiro, cena inconsciente,

⁸ Antes ainda, em 1909, no artigo *Romances Familiares*, encontramos uma passagem onde Freud toma ‘as fantasias’ por ‘obras de ficção’: “...o jovem construtor de fantasias pode eliminar o grau proibitório de parentesco que o une a uma irmã por quem se sente sexualmente atraído. Se alguém está inclinado a fugir horrorizado ante essa depravação do coração infantil (...), deveria observar que nenhuma dessas obras de ficção, aparentemente plenas de hostilidade (...)” (FREUD, 1909, p.221). [*grifo nosso*]

apontada por Freud no já citado artigo de 1919, *Uma criança é espancada* – tema sobre o qual nos deteremos na seção seguinte; o segundo, uma maior e mais ampla cena que equivalerá ao campo mesmo onde o mundo humano será erguido, aspecto em que se detém Lacan (1962) ao longo do Seminário 10: “*Então, uma vez que a cena dominou, o que se passa é que o mundo está inteiramente erguido nela, que, com Descartes, pode-se dizer: ‘Sobre a cena do mundo, eu avanço’, como ele o faz ‘mascarado’*” (LACAN, 1962, p.42).

Vale frisar, porém, que não será em referência à Filosofia, ao teatro de sombras de Platão⁹, que Lacan irá relacionar o “*caráter de encenação*” (LACAN, 1962, p.41) aqui em jogo; o efeito de que trata, nos irá esclarecer ao longo do Seminário 5 (1958), será aquele que resulta da ação própria aos significantes, em sua diletta combinação.

Para esclarecermos esse ponto será necessário incorreremos numa pequena digressão. Ali, no Seminário 5 (1958), Lacan irá apontar que seu foco de interesse, eminentemente clínico, não o conduz a interrogar a questão propriamente filosófica da irrealidade ou não dos objetos, tampouco sua fonte ou gênese, afirmando impossível uma concepção suficiente dessa ilusão no que se refere apenas às categorias do Imaginário (LACAN, 1958, p.237).

Segundo ele, para tratar desse tema, desenvolvido há longo tempo “*desde que existem filósofos a tentar exprimir o que acontece com a experiência de todo o mundo*” (*Ibid.*), não foi preciso esperar por Freud. Uma referência ainda anterior ao mito de Platão, que é o *véu de Maia*¹⁰ hinduísta, sucintamente definível enquanto a ilusão fundamental em que está imerso o ser humano, e que o impede freqüentemente de contemplar a verdade infinita (*Brama* ou *brâman*) que se esconde por trás do mundo fenomenal finito – e que, grosso modo, a realidade virtual/ilusória demonstrada no filme dos irmãos Wachowski, *Matrix* (1999), nos ajudaria traduzir –, vem a ser, contudo, diferente do véu próprio à fantasia do qual trata Lacan.

Quanto ao princípio hinduísta, inclusive, comenta Lacan (1958, p.238), se deteve Schopenhauer a explorá-lo como um artifício da natureza que faria, por

⁹ Em seu *Mito da caverna* (aprox. 380-370 a.C.), Platão nos descreve a realidade ‘aparente’ dos fenômenos pela imagem de um indivíduo sentado no interior de uma caverna, virado de costas para a entrada, a tomar por reais o que são apenas sombras (*simulacros*) projetadas na parede – efeito que, portanto, aqui poderia vir erradamente comparado ao de que trata Lacan.

¹⁰ Maia, do sânscrito *máyá* (data de origem imprecisa): ‘ilusão, aparência, decepção’ (Houaiss, 2001).

exemplo, um homem acreditar que está beijando uma dada mulher, quando está, pura e simplesmente, submetido às necessidades da espécie.

De fato, os animais só serem sensíveis à imagem da fêmea de sua espécie viria traduzir, sim, a realização de certo engodo por parte da natureza com relação aos instintos – evocados conforme lhes incita determinada percepção –, mas o que Lacan vem destacar na realidade dos seres falantes é o fato “*de que um sapatinho de mulher pode ser, muito precisamente, o que provoca num homem o surgimento daquela energia*” (*Ibid.*), isto é, o tema do objeto, enquanto ‘objeto de desejo’, não dirá respeito específico, com Lacan, a seu aspecto de desencontro com o Real – de cunho alucinatório, como pudemos verificar em Freud (*cf.* Seção 1.3, p.19) –, mas, sobretudo, vinculado ao efeito de sentido em que está disposto, pela ação dos significantes, numa trama de fabulação:

O problema está todo aí. Ele só se resolve sob a condição de percebermos que o objeto ilusório não exerce sua função no sujeito humano como imagem – por mais enganosa, por mais naturalmente bem organizada como engodo que vocês a suponham. Ele a exerce como elemento significante, preso numa cadeia significante (LACAN, 1958, p.238).

Podemos então avançar acerca do estatuto lacaniano de *cena* uma vez compreendido em que nível se estabelece, conforme a conjuração de elementos significantes, sua trama fantasística – nível onde irá se situar o sujeito e toda uma densidade afetiva arraigada em suas relações dirigidas a determinado objeto, assim como a clínica para onde este as irá endereçar –, a despeito do que, dessa cena, possam incorrer novas ou antigas formas de exercício filosófico quanto a sua (ir)realidade.

Nosso próximo passo nos leva ao exame de que a organização significante falha, isto é, sua tentativa em manter erguido o mundo não se completa, conforme a experiência clínica analítica assim nos atesta.

De maneira que, uma vez transformado em história, traduzido na forma de um roteiro, o Real restará, por definição, como o que ali se revela na forma de um furo, ruptura da linearidade causal por onde a trama especular/narcísica da fantasia projeta suas previsões e, a despeito delas, se depara com a realidade do inconsciente.

Na fábula de Buzz Lightyear, antes mesmo de seu encontro com os demais brinquedos, vemo-lo tentar ‘contato com a base’ através do ‘rádio’ localizado em seu antebraço, ao que, para sua surpresa, não lhe dirige qualquer resposta; também o ‘raio laser’, instalado acima do punho, parece falhar no momento em que o dirige ao rosto de Woody, primeiro do quarto a vir lhe dar boas-vindas.

Uma sucessão de encontros frustrados, ou desencontros, nos são então apresentados pelo desenrolar de *Toy Story* (1995) no que despontam aqui e ali seqüências onde vemos fracassar o roteiro de ‘patrulheiro da galáxia’ de Buzz.

Vale destacar, então, o fato de não ocorrer qualquer interrogativa no personagem quanto à natureza de seus fracassos: ao contrário, há sempre uma explicação razoavelmente articulada, baseada nos moldes especulares de seu roteiro, que lhe asseguram restituir, manter erguida, a cena em que se desloca.

Aqui evocamos Freud (1901) a descrever um tipo de propriedade psíquica por ele relacionada à capacidade de ‘falsear a percepção’ de certos tipos de fenômenos – fenômenos estes posteriormente (1919) conceituados de ‘estranhos’ (*unheimlich*) –, atividade igualmente referida à maneira como são recordadas cenas oníricas, tal como lemos num dos capítulos da *Interpretação dos sonhos*:

...nossa atividade psíquica normal, em geral, diante de qualquer conteúdo perceptivo que lhe seja apresentado (...) entende esse conteúdo com base em certas representações antecipatórias e o ordena [organiza], já no momento de percebê-lo, segundo a pressuposição de que seja inteligível; assim procedendo, ela corre o risco de falseá-lo e, de fato, quando não consegue harmonizá-lo como algo já familiar, torna-se presa dos mais estranhos mal-entendidos. Como é sabido, somos incapazes de ver uma série de sinais estranhos ou de ouvir uma sucessão de palavras desconhecidas sem falsear de imediato a percepção por uma consideração à inteligibilidade, com base em alguma coisa já conhecida (FREUD, 1901, p.683-684).

Tal peculiaridade será também indicada por Freud (1908) no que diz respeito à característica infantil do desconhecimento da diferença entre os sexos, no artigo *Sobre as teorias sexuais das crianças*:

As palavras de um menino pequeno quando vê os genitais de sua irmãzinha demonstram que o seu preconceito [o pênis como principal zona erógena e o mais importante objeto sexual auto-erótico] já é suficientemente forte para falsear uma percepção. Ele não se refere à ausência do pênis, mas comenta invariavelmente, com

intenção consoladora: ‘O dela ainda é muito pequeno, mas vai aumentar quando ela crescer.’ (FREUD, 1908, p.196). [*grifo nosso*]

Com Lacan, podemos então reler Freud de modo a não compreender este ‘falsear perceptivo’ enquanto distorção subjetiva a ocultar uma realidade externa.

Verifica-se, na verdade, um movimento em mão-dupla no que diz respeito à relação estabelecida entre fantasia e Real: ao mesmo tempo em que a estrutura da fantasia se vale do Real para forjar uma via de acesso a ele, em suas muitas histórias encontra o meio pelo qual tampona o furo por onde este a ameaça ruir – “*É em relação ao Real que funciona o plano da fantasia. O Real suporta a fantasia, e a fantasia protege o Real*” (LACAN, 1964, p.43).

Para transmitir o efeito de que trata na fantasia, Lacan (1962) irá valer-se, então, da idéia de uma *janela*¹¹. Antes de avançarmos em seu entendimento, porém, vale salientar que tal concepção é referência direta a um dos mais comentados casos clínicos de Freud (1913), o *Homem dos Lobos*, segundo o texto em que é transcrito o relato do sonho que o fará emblemático:

Sonhei que era noite e que eu estava deitado na cama. (Meu leito tem o pé da cama voltado para a janela: em frente da janela havia uma fileira de velhas nogueiras. Sei que era inverno quando tive o sonho, e de noite.). De repente, a janela abriu-se sozinha e fiquei aterrorizado ao ver que alguns lobos brancos estavam sentados na grande nogueira em frente da janela (FREUD, 1913, p.307). [*grifo nosso*]

Esta alusão à janela, trazida por Lacan (1962) ao longo do Seminário 10, traduz a experiência de encontro com o Real como angústia ante ao que ‘se abre sozinho’ “*cernido por alguma coisa que é materializada nessa imagem, uma certa borda (...) onde a constituição da imagem especular mostra seu limite*” (LACAN, 1962, p.116).

A fantasia, então, trama articulada segundo a dimensão de um roteiro, perfaria sua cena como aquilo que cerne, que abriga o Real em bordas que o circundem num ponto onde se mantenha adormecido; e o Real, uma vez recortado, transformado em

¹¹ A idéia de uma *tela*, “tela da fantasia” (LACAN, 1966, p.560) servirá também a Lacan em alguns momentos de modo a representar um tipo de “anteparo” (LACAN, 1964, p.105) com o qual a trama fantástica faria proteger o Real. Contudo, de modo a preservar uma dimensão de temporalidade, isto é, de *roteiro* da fantasia – no que *tela* tende a abrigar um aspecto mais estático e suscetível à impressão de ‘miopia subjetiva’, que aqui empenhamo-nos em dissuadir – não iremos nos deter sobre esta concepção de Lacan, preferindo, em vista das pretensões do presente trabalho, a idéia de *janela*.

história a partir dessa operação, insinua sempre o que, de modo imprevisto, pode vir a abrir-se, materializar-se através da *janela* – estabelecendo a experiência limite que Lacan designa ‘fenômeno de borda’: “*Esse fenômeno de borda, nisso que se abre como essa janela e em ocasiões privilegiadas, marca o limite ilusório (...) a que chamo cena*” (LACAN, 1962, p.116).

Prossigamos pelo exemplo de Buzz Lightyear: será preciso acrescentar ainda que, na seqüência em que se apresenta aos demais brinquedos, Buzz exibe também asas que se projetam de suas costas, dizendo-se capaz de voar. Adiante, após a introdução de novos elementos em sua história, iremos encontrar Buzz perdido a andar pela casa de um desconhecido, ao que é atingido pela imagem de um aparelho de tv no instante em que exibe o comercial referente a ele próprio; ali deslizam réplicas suas manuseadas por mãos de crianças onde, por fim, abertas as asas de um de seus duplos, num quadro onde parece planar, vê-se surgir abaixo uma tarja de alerta ao consumidor « NOT A FLYING TOY »¹².

A partir desse encontro limite, “*lugar eleito da angústia*” (LACAN, 1962, p.116), se impõe à cena em que se sustenta Buzz uma borda, de tal ordem que o roteiro em que se fia é repentinamente colocado em xeque. Sucede-se então uma urgência, imposta pela necessidade de que se devolva à cena um estado de tensão suportável.

Buzz, assim, subindo no parapeito da escada que vê à frente, resolve dali atirar-se: ou bem restitui a cena em que está metido ou, vez por todas, *cai* para fora dela¹³.

Aqui traçamos nova articulação a Freud a respeito do que define como ‘onipotência dos pensamentos’ (FREUD, 1913, vol. XIII). Em seu artigo *O estranho* (1919) Freud enumera um leque de impressões aflitivas cuja incômoda expressão de estranheza (*unheimlich*) podemos tanto remeter, com Lacan, a episódios ditos de encontro com o Real, como também a outros que, ao contrário, parecem nos

¹² “O brinquedo não voa”.

¹³ Fazemos aqui referência a Lacan, no Seminário 10 (1962), numa lição em que trata da estrutura da *passagem ao ato* enquanto sendo, essencialmente, uma “queda para fora da cena” (p.132), tema que irá relacionar sobretudo ao ato de suicídio (como ato a restaurar a janela, isto é, a restaurar, na cena, a estabilidade que seu entorno confere ao Real) – mas que, contudo, deixaremos por desenvolver numa próxima oportunidade.

convencer de que o Real não há – como quando, por exemplo, assistimos a uma performance de um bom ilusionista.

Refiro-me a que um estranho efeito se apresenta quando se extingue a distinção entre imaginação e realidade, como quando algo que até então considerávamos imaginário surge diante de nós na realidade, (...) fator que contribui não pouco para o estranho efeito ligado às práticas mágicas. Nele, o elemento infantil, que também domina a mente dos neuróticos, é a superenfatisação da realidade psíquica em comparação com a realidade material [aqui entendível enquanto o Real] — um aspecto estreitamente ligado à crença na onipotência dos pensamentos (FREUD, 1919, p.261).
[grifo nosso]

O desfecho oferecido a Buzz não o poupa o Real: sua queda pelo vão da escada é tão grosseira que ainda lhe separa do corpo um dos braços. Mas sua história não se encerra aí. Deixaremos, contudo, o exame de suas conseqüências reservadas ao terceiro capítulo.

2.4

De uma sinopse fundamental [$\$ \diamond a$]

Retomemos o domínio da fantasia enquanto cena inconsciente, como antes havíamos nos referido a ela a partir do artigo de 1919 de Freud, *Uma criança é espancada*. Valendo-se de sua experiência clínica, Freud virá indicar nesse texto um tipo de roteiro ficcional mínimo subsistindo “à parte do resto do conteúdo de uma neurose (...) [sem um] lugar adequado na sua estrutura” (FREUD, 1919, p.199), e em cujo material também encontra uma invariável ligação à satisfação masturbatória dos pacientes (p.195).

A título de exemplo, Jacques-Alain Miller nos traz numa de suas conferências um extrato clínico obtido a partir da análise de uma de suas pacientes, segundo o qual ela mantinha, desde muito jovem, uma fantasia cujo conteúdo lhe servia como fonte de excitação sexual: *ser uma lavadeira, amar um sacerdote, arder queimada como uma bruxa* (MILLER, 1987, p.114).

Freud (1919), ao longo do referido artigo, irá dividir o acesso a esse tipo de conteúdo fantasístico – que, nos casos ali relatados encontrar-se-ão relacionados à cena ‘*bate-se numa criança*’ – em três tempos subseqüentes. O primeiro, como algo que não se traz muito abertamente e de antemão a uma análise, e que “*somente com hesitação é confessado*” (FREUD, 1919, p.195); os demais, a serem extraídos do primeiro a partir do volume de temas que, a ele direta ou indiretamente associados, perfarão o repertório do discurso confiado às sessões. “*Repito, no entanto, que a fantasia, via de regra, permanece inconsciente e só pode ser reconstruída no decorrer da análise* (p.205). [grifo nosso]

Se admitimos, com Lacan, a premissa do inconsciente *estruturado como uma linguagem*, isto é, como rede de significantes, poderemos então proceder uma leitura desse estado inconsciente da fantasia de que nos fala Freud (1919) não como cena trancada no interior de um cofre psíquico, mas como *sinopse* de um grande roteiro, ali oculta porque espalhada, e inconsciente pelo fato de ainda não ter sido feita/elaborada¹⁴.

De modo que Lacan, ao longo do Seminário 5 (1958), irá referir-se a esse tipo de substrato mínimo da fantasia, a que irá chamar *fantasia fundamental*, como ‘latência’ a ser concebida com base na organização significante:

O que é a fantasia inconsciente, se não a latência de algo que, como sabemos por tudo o que aprendemos sobre a organização da estrutura do inconsciente, é inteiramente concebível como cadeia significante? Que existem no inconsciente cadeias significantes que subsistem como tais, que são estruturantes a partir dele, que agem sobre o organismo, que influenciam o que aparece externamente como sintoma, essa é a base da experiência analítica (LACAN, 1958, p. 423).

Contudo, tal acepção da fantasia nos remete somente em parte a seu estatuto inconsciente, no que seu conteúdo não concernirá apenas ao que resulta e se é capaz de decifrar da malha significante – algo cuja tarefa de interpretação sobre o divã analítico a lançaria numa espécie de corredor hermenêutico infinito (LACAN, 1964, p.15).

¹⁴ Dessa maneira, podemos também reler, em Freud, a premissa da fantasia inconsciente enquanto *Outra cena*, isto é, cena oculta em ‘outro lugar’ que não no conteúdo mesmo da estrutura neurótica. Retornaremos ainda a esse tema, na seqüência, pela via do conceito lacanianiano de *sujeito barrado*.

Seu conteúdo, outrossim, aparecerá invariavelmente articulado, como também visto na seção anterior, ao ponto de furo com que o inconsciente vem oferecer-se como incidência do Real na rede significante, ponto intervalar à estrutura do Simbólico, a vir inscrito na fantasia sob a forma daquilo que antes, na seção 1.3, pudemos entrever como busca da pulsão dirigida ao objeto.

Será a partir dessa busca, conceituada por Freud, desde o Projeto de 1895, pelo nome de *desejo*, “*atração positiva para o objeto*” (FREUD, 1985, p.374), que podemos nos dirigir de volta ao segundo ponto destacado no artigo de 1919 de Freud, a saber, o do vínculo libidinal (masturbatório) relacionado a tais produtos da fantasia.

E será por essa razão que, ainda que boa parte da trama fantasística se deixe elucidar pela via das relações especulares do eu a seus semelhantes, estabelecida por Lacan através do eixo a—a’ no esquema L, sua fórmula, estritamente imaginária, dará lugar na continuação de seu ensino a uma outra em definitivo, forjada a partir dos pólos sujeito [S] e objeto [a], e pela inclusão de um losango [◊] (denominado ‘punção’), a designar *todas as relações possíveis* (BROUSSE, 1989, p.82) entre um e outro.

...lhes proponho situar, no ponto S barrado em relação ao pequeno a, o efeito fantasístico. Sua característica é ser uma relação articulada e sempre complexa, um roteiro que pode permanecer latente por muito tempo num certo ponto do inconsciente, mas que, não obstante, é organizado (LACAN, 1958, p.423).

Desse modo Lacan estabelece o que vem a chamar *fórmula da fantasia fundamental*, escrevendo-a [$\$ \diamond a$] (*sujeito barrado punção objeto a*).

No lugar do sujeito, vale notar então que, sobre o [S] do esquema anterior Lacan irá justapor uma barra, denominando-o sujeito barrado.

Sob a insígnia dessa barra, Lacan nos posiciona frente à divisão (*spaltung*) do sujeito, deixada assinalar por Freud (1940) em seu último e inacabado artigo *A divisão do ego no processo de defesa*, e por onde Lacan, uma vez mais, fará uma releitura integrando-a ao mecanismo significante (LACAN, 1958, p.244).

De modo que, uma vez preexistindo-lhe o universo da linguagem, o sujeito advém para Lacan no momento em que “*desaparece sob o ser do significante*” (LACAN, 1966, p.717). Por conseguinte, uma vez nomeado já se encontra, pois,

divido: sujeito da enunciação a habitar um intervalo que, passado a enunciado, só será representável de um significante a outro. A causa do sujeito é, portanto, ao mesmo tempo sua queda (BROUSSE, 1989, p.83), idéia pela qual Lacan vem correlacionar o recalçamento originário freudiano à castração significativa (LACAN, 1966, p.717) – tema sobre o qual nos deteremos no capítulo seguinte.

De todo modo, podemos observar que com o emprego de seu sujeito barrado [§] Lacan vem condensar num só elemento tanto aquilo que se enovela sob a capa das palavras (a partir do remetimento de uma a outra) a erigir a miragem do eu, como também o que ali não se deixa capturar, e faz clivagem, ponto ínfimo de enunciação – como antes visto a partir do sujeito cartesiano –, a persistir como não correlato à montagem narcísica.

Ao pensarmos o sujeito barrado, então, como espalhado por uma superfície significativa que, contudo, não se fecha – a barra por sua vez vista não como muralha a produzir dois, mas como fenda pela qual o ‘eu’ não se unifica –, podemos compreender melhor a assertiva de Freud (1919) com relação a conteúdos de fantasia que parecem subsistir apartados (diremos, com Lacan, por esta barra) do resto de toda uma identidade com a qual o sujeito irá se apresentar diante de seus semelhantes: pode, por exemplo, aparentar um distinto cavalheiro para com as mulheres na sociedade e, a despeito disso, imaginar-se submetendo-as às mais humilhantes cenas em seu devaneio masturbatório.

Seguindo pela fórmula da fantasia [§ \diamond a], passemos então ao losango onde Lacan (1958) localiza o “efeito fantasístico” (p.423) de que trata, ou seja, plano dos sentidos/roteiros forjados como medida concomitante de acesso e proteção ao Real.

E como já pudemos antes verificar, o material, a argamassa da organização fantasística consistirá, segundo a visada lacaniana, do que provém do domínio do Outro (eixo Simbólico), isto é, da infinidade de sentidos sedimentados na cultura e a partir dos quais o sujeito será vestido, de modo a constituir-se.

Avancemos, então, para a observação de que nesse lugar do Outro, representado no esquema L enquanto [A], Lacan irá igualmente justapor uma barra, denominando-o *Outro barrado* [/A].

Tal operação, de acordo com Miller (1987, p.109), terá pelo menos duas significações: a primeira, uma vez que o campo significante revela-se incompleto, pode-se supor então que lhe falte algo, de modo que o A barrado será lido também como “*desejo do Outro*” (*Ibid.*) – e por onde o conteúdo da fantasia terá a dimensão de resposta a esse desejo (expressão cujo exame manteremos reservado ao terceiro capítulo); a segunda leitura será aquela por onde Lacan irá destacar o objeto *a* do sujeito, quer dizer, a dimensão de falta significante vivida por ele através de seus (des)encontros com o Real.

E na medida em que se articulam os sentidos doados pela linguagem à exigência pulsional, surge fixado na outra ponta do losango fantasístico determinado objeto de desejo, por onde irão se alinhar as mais inusitadas histórias de como um suposto encontro de complementaridade entre sujeito [$\$$] e objeto [*a*] poderia ter acontecido mas acabou, enquanto tal, por acontecer (VIEIRA, 2003, p.27-36).

Na experiência clínica, a psicanálise virá topiar com esses desencontros como os que vêm apresentar-se com a marca do sexual¹⁵: não há manual de instrução ao cortejo ou à convivência entre os sexos, tampouco sentidos/objetos capazes de completar as exigências da pulsão, tanto mais por não haver destino natural para elas.

Lacan vem então propor-nos uma fórmula da fantasia cujo substrato mínimo dirá sempre relação de um sujeito a um objeto, e, por onde, nas muitas histórias contadas, mesmo que a utilizarem-se dos mesmos sentidos/palavras da cultura geral, virá constituída, através de uma *amarração* específica, caso a caso, a singularidade de um desejo (*Ibid.*).

Citamos Lacan (1958):

Temos aqui, em ($\$ \diamond a$), o correspondente e o suporte do desejo, o ponto em que ele se fixa em seu objeto, o qual, muito longe de ser natural, é sempre constituído por uma certa posição do sujeito em relação ao Outro. É com a ajuda dessa relação fantasística que o homem se encontra e situa seu desejo. Daí a importância das fantasias (LACAN, 1958, p.455).

Avançando por esse caminho, segundo o que a clínica da experiência analítica nos permite entrever, iremos verificar como tal organização da fantasia, na

¹⁵ Tema que iremos retomar também no capítulo seguinte, ao longo da seção 3.3.

singularidade com que irá se fixar em cada caso, terá função decisiva no modo como o sujeito irá perspectivar-se/posicionar-se na cena erguida em que se desloca¹⁶.

Isso nos permite compreender como seu conteúdo possuirá um peso muito maior do que qualquer outro sentido proposto para alterá-la (*op. cit.*), e por onde Freud vê fracassar a remoção das paralisias históricas pela via da sugestão hipnótica.

Em *Toy Story* (1995) há também uma seqüência, ainda anterior ao salto que Buzz realiza pelo vão da escada, em que vemos Woody bramir ao colega, numa explosão de raiva, ‘você é um *brin-que-do!!!*’, na tentativa em convencê-lo definitivamente a respeito de seu engano; o que, no entanto, não produz qualquer efeito em Buzz.

O método psicanalítico de Freud, a associação livre, nascerá justamente do reconhecimento de que resta pouquíssimo proveitoso qualquer tipo de tentativa de convencimento com relação a um novo tipo de olhar sobre determinado sofrimento psíquico; seu desdobrar, em análise, terá em vista a escuta do sentido e não a proposta de um novo. Com isso, abre-se espaço para que a fantasia que subjaz às queixas do sujeito sobre seu sintoma venha à tona.

Citamos Freud (1905):

A pintura, diz Leonardo [da Vinci], trabalha *per via di porre*, pois deposita sobre a tela incolor partículas coloridas que antes não estavam ali; já a escultura, ao contrário, funciona *per via di levare*, pois retira da pedra tudo o que encobre a superfície da estátua nela contida. De maneira muito semelhante, senhores, a técnica da sugestão busca operar *per via di porre*; não se importa com a origem, a força e o sentido dos sintomas patológicos, mas antes deposita algo — a sugestão — que ela espera ser forte o bastante para impedir a expressão da idéia patogênica. A terapia analítica, em contrapartida, não pretende acrescentar nem introduzir nada de novo, mas antes tirar, trazer algo para fora, e para esse fim preocupa-se com a gênese dos sintomas patológicos e com a trama psíquica da idéia (FREUD, 1905, p.247). [*grifo nosso*]

Por fim, quanto à ‘cena em que está erguido o mundo’, da qual falávamos na seção anterior, podemos ainda entrever como ela irá encontrar, no substrato mínimo

¹⁶ Podemos aqui nos remeter de volta ao início desse capítulo (*cf.* Seção 2.1, p.24) quanto ao que Lacan alude como ‘sujeito do inconsciente’ enquanto *ponto de perspectiva* da imagem/realidade psíquica.

de elaboração que se poderá extrair ‘das fantasias’ à *fantasia fundamental*, sua estrutura matriz (MILLER, 1987, p.115).

Será por essa via que Lacan (1967), ao longo do Seminário 14, virá estabelecer a função de *axioma* pela qual a fantasia constitui seu peso:

É o rol da fantasia nesta ordem do desejo neurótico. Significação da verdade (...) quando insinuam com a conotação da verdade algo que chamam um axioma. Em nossa interpretação da fantasia não há nenhum outro rol. Temos que tomá-la tão literalmente quanto lhe seja possível, (...) definir as leis de transformação que asseguram à fantasia na dedução dos enunciados do discurso inconsciente, o lugar de um axioma (LACAN, lição de 21/06/67, inédito). [*tradução nossa*]

Passemos então ao capítulo seguinte, no qual poderemos agora tirar algumas conseqüências clínicas da intervenção analítica sobre a estrutura da fantasia e para que direção seu tratamento irá apontar.

Terceiro Capítulo

O IMAGINÁRIO EM ANÁLISE

A fantasia é, essencialmente, um imaginário preso numa certa função significante (LACAN, 1958, p. 423).

3.1

Clínica do sintoma, clínica da fantasia

Para o exame dos efeitos clínicos da intervenção analítica sobre o sujeito, retomemos como ponto de partida o personagem Marco, do conto de Jair Ferreira dos Santos (1996) *A jornada argentina de um homem feio*, trazido no início desse trabalho (cf. Seção 1.1, p.06), acrescentando-lhe agora novo material:

Passeavam [Marco e sua esposa] pela Avenida Córdoba (...). Ele andava e se arrastava simultaneamente. Pouco depois não conseguia mais desviar a atenção do seu rosto nas vitrines, daquela desordem magra e caprina, com os maxilares salientes, a que vinha acrescentar-lhe o torpor da estupidez quando perturbado.

(...) Aqui ele se deu conta (no seu habitual exagero) da violência que era um homem nada atraente desfilando airoso com uma mulher bonita, acintosamente bonita, num contraste que por alguma razão desafiava a ordem natural das coisas.

(...) Num lugar fechado, vários copos de Valmont na moleira, Isadora lhe pareceu menos atraente, e isto o acalmou (SANTOS, 1996, p.107-108).

Imaginemos que Marco decidisse então procurar um analista, sob queixa, digamos, de não mais suportar o “*alerta constante*” (SANTOS, 1996, p.106) que o leva sem cessar a considerar-se feio demais para a esposa – algo que, no desdobrar das entrevistas preliminares, trouxesse em complemento um renitente abuso em relação a bebida.

Diz-se da queixa daquele que se propõe à empreitada de uma análise, que se trata aí de seu *sintoma*, e de que é dele que o sujeito padece. Contudo, como antes fizemos notar, à queixa do sintoma (em sua demanda por cura) o tratamento psicanalítico não irá oferecer qualquer acordo prévio, – foco, número de sessões, etc

– tampouco se valerá de quaisquer disposições sugestivas que, *per via di porre*, pretendam minimizar seu sofrimento.

A quem se dispõe ao tratamento a psicanálise oferece apenas a regra curiosa da associação livre: “(...) *isto é, que dissesse o que lhe viesse à cabeça, enquanto deixasse de dar qualquer orientação consciente a seus pensamentos*” (FREUD, 1925, p.45). É a partir dessa regra que Freud (1908) vem articular de maneira notável as formações sintomáticas à dimensão da fantasia, implicando-as nela, passo que bem cedo em sua obra será feito notar.

Quem estudar a histeria, portanto, logo transferirá seu interesse dos sintomas para as fantasias que lhes deram origem. A técnica da psicanálise nos permite em primeiro lugar inferir dos sintomas o que essas fantasias inconscientes são, e então torná-las conscientes para o paciente (FREUD, 1908, p.151).

Uma segunda instância, então, a acompanhar lado a lado a associação livre, é aqui indicada por Freud no que se refere a ‘tornar conscientes as fantasias’, o que implica um aspecto também peculiar do tratamento: ao analista cabe *interpretar*, intervir sobre o curso do que é dito.

Para tanto, Freud inova, remete ao método de decifração em que consiste seu trabalho atenção privilegiada ao que em alguns momentos chama *texto do sonho* (1900); ou seja, ao exame de toda elaboração onírica, Freud atribui importância à dimensão lingüística com que são apresentadas as palavras, lendo-as como ‘Sagrada Escritura’:

Ao interpretar sonhos, atribuímos importância a cada um dos matizes de expressão lingüística em que eles nos foram apresentados. E mesmo quando o texto do sonho, tal como o tínhamos, era sem sentido ou insuficiente – como se o esforço de fornecer dele um relato correto tivesse fracassado – levamos também essa falha em consideração. Em suma, tratamos como Sagrada Escritura aquilo que os autores precedentes haviam encarado como uma improvisação arbitrária, remendada às pressas no embaraço do momento (FREUD, 1900, 545-546). [*grifo nosso*]

A partir disso, abre-se um novo campo clínico. Freud não dá ouvido a nenhum tipo de intuição (SOLER, 1989, p.105), ele segue o texto, palavra por palavra, e o que lê do “*trabalho inconsciente*” (FREUD, 1938, p.181) são suas regras de construção da mensagem, tomadas já na *Interpretação dos Sonhos* (1900, Cap. VI A, B) pelos

mecanismos do *deslocamento* e da *condensação*¹ – regras que, mais tarde, ao longo do Seminário 3 (1956, p.244-252), Lacan irá demonstrar serem justamente as leis da substituição significativa, sobre o duplo eixo da *metáfora* e da *metonímia*, segundo estabelecido pela lingüística saussuriana. Há também uma passagem no Seminário 5 (1958) onde tal formulação é indicada:

Que o exercício do significante evoca, por si mesmo, tudo que é da ordem do inconsciente, isso é suficientemente apontado ao olhar de Freud pelo fato de que as estruturas (...) não são outras senão aquelas que ele descobriu em suas primeiras apreensões do inconsciente, no nível dos sonhos, dos atos falhos (...), no nível até mesmo dos sintomas, e às quais procuramos dar uma formulação mais rigorosa, nas rubricas da metáfora e da metonímia. Essas formas são equivalentes para qualquer exercício da linguagem, e também quanto ao que encontramos de estruturante no inconsciente. Elas são as formas mais gerais, das quais a condensação, o deslocamento e os outros mecanismos que Freud destaca nas estruturas do inconsciente não passam como que de aplicações (LACAN, 1958, p.89).

Desse modo, como primeiro aspecto a destacar quanto à posição em que opera a intervenção analítica sobre o curso da associação livre, verificamos o inconsciente tomado à letra, isto é, o decifrador/analista submetido a uma disciplina de escuta que não atenda por sobre os jogos de sedução e captura do eixo especular, dito *imaginário* – conforme visto a partir do esquema L no capítulo anterior (*cf.* Seção 2.2, p.26) –, de onde provém, segundo Lacan (1966) em *A direção do tratamento*, “*toda sorte de intervenções verbais que não são a interpretação: explicações, gratificações, respostas à demanda... etc*” (LACAN, 1966, p.598).

Seguindo, destacamos o fato – cuja comprovação será a experiência clínica quem nos irá dar – de que na associação livre não há nada do que se possa entender por livre: “*Naturalmente a associação não é livre*” (LACAN, lição de 15/03/72, inédito). Nada mais inquietante, que ao se propor ao discurso a regra ‘corra livre’, que ele se apresente de maneira tão repetitiva, preso que fica, parafraseando Colette Soler (1989, p.103), entre o que ao analisante reprime o dizer – pudor, vergonha, temores de transferência – e uma obscura inércia que o reconduz sempre às mesmas trilhas, círculo de suas repetições.

¹ Mecanismos que não nos caberá descrever de forma detida no presente trabalho.

Há, de certo, um aspecto de monotonia na fantasia, o qual Lacan (1966) destaca em *Kant com Sade* dizendo-o “*estática da fantasia*” (LACAN, 1966, p.786), e que Miller (1987) contrasta ao aspecto dinâmico dos sintomas: “*a fantasia não tem o mesmo tipo de tempo retroativo característico do sintoma*” (MILLER, 1987, p.114).

O que se faz enunciar dessa inércia, podemos então articular ao estatuto de *matriz axiomática* com que a fantasia fundamental, sua fórmula escrita [$\$ \diamond a$], vem estabelecer, em toda a vasta temática de um repertório discursivo, uma organização latente que, segundo pudemos verificar na seção 2.4, gravita fixada em determinado objeto de desejo, dito objeto *a*, a oferecer-se na outra ponta do losango fantasístico em relação ao sujeito barrado, conforme concebido por Lacan.

Mas deixemos a fantasia fundamental por ora, avançando a partir dos passos de entrada no processo analítico.

Seja com for, a associação livre fará o analisante dizer mais do que espera, ir mais longe onde pretenda chegar, para seu espanto ou confusão, abrindo caminhos que, de forma semelhante àqueles por vezes vividos nos sonhos, virão desembocar em temas que preferirá manter de lado, guardando-os para si como “*seu bem mais íntimo*” (FREUD, 1908, p.137).

Tal designação será utilizada por Freud em *Escritores criativos e devaneios* (1908), pequena conferência onde irá indicar que os jogos do brincar infantil são justamente aqueles que, na idade adulta, passam à intimidade do sujeito na qualidade de suas ‘fantasias’²

A criança, é verdade, brinca sozinha ou estabelece um sistema psíquico fechado com outras crianças, com vistas a um jogo, mas mesmo que não brinque em frente dos adultos, não lhes oculta seu brinquedo. O adulto, ao contrário, envergonha-se de suas fantasias, escondendo-as das outras pessoas. Acalenta suas fantasias como seu bem mais íntimo, e em geral preferiria confessar suas faltas do que confiar a outro suas fantasias. Pode acontecer, conseqüentemente, que acredite ser a única pessoa a inventar tais fantasias, ignorando que criações desse tipo são bem comuns nas outras pessoas (FREUD, 1908, p.136-137). [*grifo nosso*]

² Trata-se aqui do vocábulo alemão *phantasien* que, nas traduções das Obras Completas de Freud para o português (Ed. Imago) também encontramos em algumas passagens como ‘devaneios’ – caso inclusive do título do artigo aqui referido, traduzível literalmente por ‘*O poeta e as fantasias*’ [Der dichter und das phantasieren].

Vale então salientar a analogia empregada por Freud, ao longo da *Interpretação dos sonhos* (1900), às fantasias enquanto ‘sonho diurno’ do sujeito.

Tenho o hábito de descrever esse elemento dos pensamentos oníricos que tenho em mente como uma ‘fantasia’. Talvez eu evite mal-entendidos se mencionar o ‘sonho diurno’ como algo análogo a ela na vida de vigília (FREUD, 1900, p.524).

Com efeito, o método associativo inventado por Freud seria aquele a favorecer, digamos assim, ambiência a que o analisante *sonhe acordado*, abrindo, nesse aspecto, espaço à escuta de seus despropósitos, algo a que poderia chamar de tolices, insignificâncias deixadas à parte no discurso; Freud conferirá a estas um estatuto nada desprezível em relação aos temas que o sujeito talvez preferisse manter limitado, em sua seriedade e sofrimento, aos enquadres do sintoma.

Aqui podemos nos reportar de volta ao extrato clínico trazido por Miller (1987, p.114) segundo o qual uma de suas analisantes lhe confia, em determinando ponto do tratamento, uma fantasia desde muito cedo usada – guardada porém na qualidade de *bem íntimo* – como fonte de excitação sexual. Nesse caso, segundo a aposta de Freud, ‘ser uma lavadeira, amar um sacerdote, arder queimada como uma bruxa’, consistiria em material a não se poder desprezar, e, pelo contrário, a manter-se em aguardo à espera de uma implicação mais evidente, a ser “*reconstruída no decorrer da análise*” (FREUD, 1919, p.205), com os demais temas levados à sessão.

Cabe reiterar, contudo, a perspectiva de que o tratamento analítico não se fundamenta na direção de cura do sintoma, no que seu exercício se difere aí de uma terapêutica, e por onde a obtenção de certas fantasias guardadas pelo sujeito não quererá dizer empregá-las especificamente na remoção desse ou daquele sofrer sintomático.

Trata-se, portanto, na direção do tratamento, na medida em que o estatuto do sintoma é realocado ao lado dos chistes, lapsos e sonhos no conjunto das *formações do inconsciente* (LACAN, 1964, p.125) – quer desapareça, quer reconfigure sua irrupção –, de persistir, *per via di levare*, num caminho de elaboração apontado desde Freud em direção a um extrato último da fantasia; e que, com Lacan, iremos

circunscrever através de uma amarração fundamental a posicionar um sujeito barrado em relação ao objeto.

3.2 Breve esboço do objeto na fantasia

Nossos sentidos tateiam à procura de um objeto. Onde está ele, esse objeto cuja presença velada nos agita? Por que nos escondeu Ele a sua face? (CORÇÃO, 1958, p. 130).

Por essa via a avançar, a da fantasia, destaca-se então a dimensão do objeto na condução do tratamento. A associação livre será aquela a dar voz aos descaminhos do discurso por onde uma insinuante presença, mantida sempre à margem, de modo imprevisto reticencia a fala, inibe o sujeito, traz um sorrizinho à sua face, um rubor, um pigarro – um vulto fugaz é eventualmente pressentido a esgueirar-se pelos cantos da ‘*janela*’, citando aqui o relato do sonho emblemático do *Homem dos lobos*, conforme pudemos verificar no capítulo anterior (*cf.* Seção 2.3, p.34).

Em relação às formações oníricas, inclusive, podemos alçar uma pequena digressão em relação a um dos capítulos da *Interpretação dos sonhos* (1900), dedicada ao tema do *Despertar pelos sonhos* (Cap.VII D), a partir da qual nos suscitam algumas articulações à insinuação ‘perturbadora’ do objeto:

O processo onírico tem permissão para começar como a realização de um desejo inconsciente, mas, quando essa tentativa de realização de desejo fere o pré-consciente com tanta violência que ele não consegue continuar dormindo, o sonho rompe o compromisso e deixa de cumprir a segunda parte de sua tarefa. Nesse caso, ele é imediatamente interrompido e substituído por um estado de completa vigília. Mas também aqui não é realmente culpa do sonho que ele apareça agora no papel de *perturbador* do sono, e não em seu papel normal de *guardião* do sono; e não é necessário que isso nos predisponha contra o fato de ele ter uma finalidade útil (FREUD, 1900, p.608).

Aqui, em relação ao papel do sonho que, segundo Freud (1900), de ‘guardião’ passa a ‘perturbador’ do sono, propomos uma analogia à dialética antes verificada entre fantasia e Real (cf. Seção 2.3, p.33), a partir do aforismo de Lacan “*o Real suporta a fantasia, e a fantasia protege o Real*” (LACAN, 1964, p.43). Assim, na medida em que a cena onírica – tal à realidade psíquica – necessita certa *estabilidade* para prosseguir (aspecto ‘*guardião*’ do sonho / ‘*protetor*’ da fantasia), sua composição, suportada pela instância do Real, segue movida por força da pulsão a conduzir a trama onírica cada vez mais próxima à “*tentativa de realização [descarga] do desejo*” (FREUD, 1900, p.608); ao que, da derradeira presentificação do objeto resulta a experiência de angústia que conduz a cena ao despertar³.

Lacan (1970) comenta a esse respeito no Seminário 17: “*Um sonho desperta justamente no momento em que poderia deixar escapar a verdade, de sorte que só acordamos para continuar sonhando – sonhando no real, ou, para ser mais exato, na realidade*” (LACAN, 1970, p.54) – ou seja, sob guarida da fantasia.

De volta ao livre associar em vigília, chegamos ao exame do conceito que Lacan (1964), ao longo do Seminário 11, virá estabelecer enquanto *pulsação temporal* – “*um movimento do sujeito que só se abre para tornar a se fechar, numa certa pulsação temporal*” (LACAN, 1964, p.121) –, segundo o que dimensiona enquanto tempos de *abertura e fechamento* do inconsciente:

O que é ôntico, na função do inconsciente, é a fenda por onde esse algo [objeto], cuja aventura em nosso campo parece tão curta, é por um instante trazida à luz [abertura] – por um instante, pois o segundo tempo, que é de fechamento, dá a essa apreensão um caráter evanescente (*Ibid.*, p.35).

Podemos então avançar mais um passo acerca desse instante de encontro com o objeto, retomando-o a partir de seu estatuto de resto inacessível – sua vertente Real, portanto (cf. Seção 1.3, p.19). Verifica-se, com efeito, que o que se experimenta na associação livre, e que até aqui vimos relacionar ao tempo de abertura do inconsciente chamando-o ‘o que se insinua de uma presença do objeto’, é de fato

³ Podemos aqui também nos situar em relação a dialética estabelecida entre as pulsões de vida e de morte, verificadas no capítulo I a partir do *princípio de prazer* freudiano e seu *mais além* – que, levado a termo, resultaria na morte do aparelho (cf. Seção 1.3, p.17).

vivido pelo sujeito somente na qualidade de uma *falta* – “*O encontro é sempre faltoso*” (LACAN, 1964, p.123), de onde Lacan vem assim indicar a perpetuidade do caráter evanescente dessa apreensão – “(...) *este objeto, que de fato é apenas a presença de um cavo, de um vazio, ocupável, nos diz Freud, por não importa que objeto, e cuja instância só conhecemos na forma de objeto perdido, a minúsculo*” (*Ibid.*, p.170).

Lembremos então do empenho de Lacan ao reler Freud no sentido de atrelar ao aparato significante a pertinência em se falar de um *mais além* a ser buscado no objeto (*cf.* Seção 1.3, p.21; 2.3, p.31), *mais além* que, agora, a partir do emprego da negativa, podemos revirar chamando, face ao encontrado, *encontro faltoso* – este que, nos instantes de abertura em associação livre, vem impor-se à trama do sentido enquanto ponto de furo em toda sua admirável consistência, depositada quer sobre uma imagem unificada do ‘eu’, promessas a obter de bens objetivos, encontros amorosos; enfim, em tudo aquilo que, do que constitui o registro Imaginário, encontra nele um limite.

3.3

Emblemas clínicos: castração, falo, Nome-do-pai

Chegamos então ao conceito que, na clínica da psicanálise, vem situar isso que impõe limite, a saber, a *castração*.

Sua aceção – distinta da habitual, a de mutilação dos órgãos sexuais masculinos – será inicialmente indicada por Freud em 1905, nos *Três ensaios sobre a sexualidade infantil* e, pouco depois, no artigo *Sobre as teorias sexuais das crianças* (1908), texto que aqui, inclusive, já nos foi possível tecer algumas considerações ao longo do capítulo anterior (*cf.* Seção 2.3, p.33).

Seu aspecto essencial dirá respeito à experiência vivida pela criança, por volta dos cinco anos de idade, a consistir no fato de pela primeira vez reconhecer a diferença entre os sexos: cai, então, ao preço de certa angústia, a “*primazia fálica*”

(FREUD, 1925, p.42), idéia segundo a qual todos os seres são portadores de pênis⁴; e o mundo passa, por conseguinte, a estar dividido entre homens e mulheres.

As conseqüências, segundo Freud (1933), de tal diferenciação em torno da posse ou não do pênis virão desencadear, no menino, um sentimento constante de ameaça por sua perda; na menina, de reivindicação dele:

Como vêm, pois, atribuímos às mulheres um complexo de castração (...) embora seu conteúdo não possa ser o mesmo que o dos meninos. Nestes, o complexo de castração surge depois de haverem constatado, à vista dos genitais femininos, que o órgão, que tanto valorizam, não acompanha necessariamente o corpo. Nisto, acodem à lembrança do menino as ameaças que provocou contra si, ao brincar com esse órgão; começa a dar crédito a elas, e cai sob a influência do temor de castração, que será a mais poderosa força motriz do seu desenvolvimento subsequente. O complexo de castração nas meninas também inicia ao verem elas os genitais do outro sexo. De imediato percebem a diferença e, deve-se admiti-lo, também a sua importância. Sentem-se injustiçadas, muitas vezes declaram que querem ‘ter uma coisa assim, também’, e se tornam vítimas da ‘inveja do pênis’; esta deixará marcas indeléveis em seu desenvolvimento e na formação de seu caráter, não sendo superada, sequer nos casos mais favoráveis, sem um extremo dispêndio de energia psíquica (FREUD, 1933, p.124-125). [*grifo nosso*]

Mas o então designado *complexo de castração* – conjunto processual que Freud em momentos distintos de sua obra se empenhará em estudar, tanto no menino quanto na menina, dividindo-o em etapas cronológicas de evolução da sexualidade infantil (etapas as quais não nos caberá aqui uma investigação mais detida) – não concernirá apenas ao processo vivido na infância, mas do que dele vem a configurar-se um tipo estrutural de posição do sujeito em torno do reconhecimento – ou não – da castração, a manifestar-se na vida adulta: tanto numa singularidade, amarração fantasística de cada um; como também, num escopo clínico mais geral, em conjuntos de estruturas típicas – *histeria, neurose obsessiva, perversão, psicoses* –, base diagnóstica do tratamento.

Porém, coube a Lacan, a partir do Seminário 4 (1957), retomar o processo legado por Freud operando nele uma importante distinção: o objeto central em torno do qual vem organizar-se o complexo de castração não será, propriamente, o órgão anatômico peniano, mas sua representação psíquica (NASIO, 1989, p.34), que Lacan

⁴ Segundo Freud (1908), mesmo nas meninas essa impressão é vivida sob aspecto de que seu clitóris ainda há de crescer.

chamará *falo* – resgatando um vocábulo pouco usado por Freud em analogia a *pênis* –, representado também pela letra grega ϕ [*fi*].

Já veremos mais detidamente que não se deve confundir *falo* com *pênis*. Quando pelos anos 1920-1930 houve uma imensa polêmica que se ordenou ao redor da noção de falicismo e a questão do período fálico, do que se tratava era de distinguir o *pênis*, como órgão real, com funções definíveis por determinadas coordenadas reais, do *falo* em sua função (LACAN, 1956, lição de 28/11-CDROM). [*tradução nossa*]

A acepção do conceito de *falo*, repleta de desdobramentos que não nos caberá ir a fundo no presente trabalho, poderá ser aqui circunscrita inicialmente a partir da indicação de Lacan (1966), no artigo *A significação do falo*, como um “*significante destinado a designar, em seu conjunto [a cadeia de significantes] os efeitos de significado*” (LACAN, 1966, p.697), ou, por outra, como dito ao longo do Seminário 5 (1958), “*significante do significado em geral*” (LACAN, 1958, p.249).

Com isso, Lacan (1966) conceitua o *falo* enquanto “*função significante*” (LACAN, 1966, p.700), melhor compreensível se verificamos antes que, ao distinguí-lo do órgão peniano, a própria operação da castração também ganha nova acepção: esta não será tanto mais uma distinção entre os sexos (ainda que também o seja), mas, sobretudo, um ato de corte que, pela via do Outro (A) [eixo Simbólico] – “*a castração é um ato simbólico*” (LACAN, 1958, p.178) –, vem imputar no sujeito uma barra, no que lhe destaca, concomitantemente, a dimensão faltosa do objeto *a*.

Quanto à função fálica, se, na seção anterior, pudemos localizar no decorrer da associação livre um tempo de abertura, de encontro faltoso, a impor limite à consistência do Imaginário, poderemos agora situar o *falo* [ϕ], então, como significante eleito a admitir essa consistência – esta que, nunca levada a termo em decorrência da castração, permitirá a Lacan (1963), igualmente pelo uso da negativa, escrevê-la $-\phi$ [*menos-fi*]: “*Este ϕ , portanto, para os dois sexos, é o que eu desejo e o que não posso ter senão enquanto $-\phi$* ” (LACAN, 1963, lição de 05/06) [*tradução nossa*].

Tal acepção marca, na referida passagem, suas implicações com o campo do desejo, cuja dimensão só será simbolizável com a ajuda da premissa fálica, segundo indica Lacan no Seminário 5 (1958):

O que importa para o sujeito, o que ele deseja, o desejo como desejado, o desejo do sujeito, quando o neurótico ou o perverso tem de simbolizá-lo, isso, em última análise, é literalmente feito com a ajuda do falo (LACAN, 1958, p.248-249).

Assim, chegamos ao entendimento de que o objeto eleito do desejo será aquele onde está inscrita a função significante do falo. Isso estabelecerá, por conseguinte, a possibilidade de um *deslizamento* de objeto a objeto na série do desejo, tal como Freud (1924) já havia assim indicado a partir do que chamou ‘equação simbólica’: “*A renúncia ao pênis não é tolerada pela menina sem alguma tentativa de compensação. Ela desliza – ao longo da linha de uma equação simbólica, poder-se-ia dizer – do pênis para um bebê*” (FREUD, 1924, p. 198) [grifo nosso].

É pela premissa da função fálica, então, que a busca do desejo (sua dimensão motriz resumida à pulsão cega) atrela-se ao aparato significante, tornando possível a equivalência entre objetos privilegiados, “*dinheiro — bebê — pênis são aí tratados como se significassem a mesma coisa*” (FREUD, 1933, p.103).

Portanto, a partir do ato da castração, destaca-se o que Lacan também conceitua ‘falo imaginário’ – “*a castração é um ato simbólico (...) cujo objeto é um objeto imaginário*” (LACAN, 1958, p.178) –, função permutável pela qual desliza a instância do desejo⁵, a encontrar na premissa fálica o sentido de uma restauração mítica de complementaridade.

Avançamos um pouco mais se verificamos que a operação separadora da castração será também articulada, a partir de Lacan no Seminário 4 (1957), no que diz respeito ao vínculo mãe-filho, passo em que a dialética do *complexo de Édipo* freudiano é também relida por Lacan a partir do aparato significante.

Nesse caso, a mãe, na qualidade de mulher, dá ao filho nascido o lugar desse ‘falo imaginário’ de que falamos, e o filho, por sua vez, identifica-se com esse lugar para preencher o desejo materno. Assim, a criança se identifica como sendo, ela própria, esse falo e se aloja, por conseguinte, na parte faltosa do desejo do que antes pudemos localizar como Outro barrado [/A] (*cf.* Seção 2.4, p.39), aí instanciado simbolicamente na figura da mãe. Estabelece-se assim uma relação propriamente

⁵ “essa gênese (...) da constituição do falo, no plano imaginário, como objeto privilegiado e preponderante” (*Ibid.*, p.189-190).

imaginária consolidada entre uma mãe que acredita ter o falo e o filho que acredita sê-lo (NASIO, 1989, p.37).

Com Lacan, o ato castrador, nesse caso, podemos vê-lo incidir não exclusivamente sobre a criança – como em algumas passagens de Freud se poderia interpretar –, mas sob o *vínculo* mãe-filho. De onde Lacan virá destacar então a pertinência em se falar de um *agente da castração* (LACAN, 1958, p. 178) que será, por conseguinte, o pai ou qualquer outrem a servir de suporte à lei simbólica, a vir representada na (des)vinculação mãe-filho como lei de proibição do incesto.

Ou seja, ao indicar à mãe que ela não poderá reintegrar-se a seu filho, e ao filho que não poderá possuir sua mãe, o pai castra a primeira da pretensão de ter o falo e, concomitantemente, o segundo de qualquer pretensão de sê-lo. “*Assinalamos (...) que, na castração, o agente é real, é um pai real do qual se necessita, que a ação é simbólica, e que ela incide num objeto imaginário*” (LACAN, 1958, p.475).

Vale reiterar que a leitura de Lacan quanto à dialética edipiana legada por Freud situa a função do pai, enquanto agente da castração, somente na medida de um suporte a uma lei impessoal que, qual à ordem do Simbólico, preexiste ao campo onde será erguida a realidade dos seres falantes.

Citando Lacan (1970) no Seminário 17:

Seguramente, não é a partir de uma tentativa de explicar o que quer dizer dormir com a mãe que o assassinato do pai se introduz na doutrina freudiana. Muito pelo contrário, é a partir da morte do pai que se edifica a interdição desse gozo como primária (LACAN, 1970, p.113).

A partir desta passagem podemos nos remeter a um segundo mito, criado pelo próprio Freud (1913) em *Totem e tabu*⁶, no que diz respeito à função paterna enquanto suporte a uma lei que, destruído o pai, torna-se ainda mais preponderante:

Odiavam o pai, que representava um obstáculo tão formidável ao seu anseio de poder e aos desejos sexuais; mas amavam-no e admiravam-no também. Após terem-se livrado dele, satisfeito o ódio e posto em prática os desejos de identificarem-se com ele, a afeição que todo esse tempo tinha sido recalcada estava fadada a fazer-se sentir e assim o fez sob a forma de remorso. Um sentimento de culpa surgiu, o qual, nesse

⁶ Trata-se de um mito referente à determinada tribo primitiva onde somente ao pai da horda é permitido, entre outras coisas, o intercuro sexual com as mulheres.

caso, coincidia com o remorso sentido por todo o grupo. O pai morto tornou-se mais forte do que o fora vivo — pois os acontecimentos tomaram o curso que com tanta freqüência os vemos tomar nos assuntos humanos ainda hoje (FREUD, 1913, p.146-147). [*grifo nosso*]

Com Lacan, podemos então inferir que o pai, enquanto agente da castração, só interdita aquilo que, de antemão, já encontra um lugar definido na ordenação significante a impor limite à apreensão do objeto – e à satisfação plena da pulsão (*cf.* Seção 1.3) – pelo advento do desejo.

Nosso próximo passo, então, consistirá no exame do conceito introduzido por Lacan, desde muito cedo em seu ensino, chamado *Nome-do-pai*, que aqui poderemos sucintamente indicar enquanto um significante a excetuar-se do conjunto dos demais – passando a funcionar como elemento, ele próprio, sem significação –, eleito a representar, na estrutura que é o repertório lingüístico de cada sujeito, a presença interditora daquilo que, pelo ‘puro princípio simbólico’, se faz lei:

A identificação virtual e ideal do sujeito com o falo, como objeto do desejo da mãe (...) será efetivamente destruída pela intervenção do puro princípio simbólico representado pelo Nome-do-pai. Este se encontra ali, em estado de presença velada. Sua presença se desvela não progressivamente, mas por uma intervenção desde logo decisiva, na medida em que ele é o elemento proibidor (LACAN, 1958, p.235-236).

O falo, por conseguinte, surgirá em oposição a este significante sem significado que é o Nome-do-pai, na medida em que, enquanto função significante a supor sentido, o falo confere à lei simbólica um corpo, a arrolar-se sob o plano imaginário das inúmeras leis prescritas nos códigos de conduta dos seres falantes.

Assim, como eu lhes disse que, no interior do sistema significante, o Nome-do-pai tem a função de significar o conjunto do sistema significante, de autorizá-lo a existir, de fazer dele a lei, direi que, freqüentemente, devemos considerar que o falo entra em jogo no sistema significante a partir do momento em que o sujeito tem de simbolizar, em oposição ao significante, o significado como tal, isto é, a significação [o sentido] (LACAN, 1958, p.248).

Retomemos então a circunstância clínica. Será preciso acrescentar ao exame dos passos determinantes da entrada em análise um local adequado a situar os conceitos verificados nesta seção, a começar pela premissa fálica: ela se encontrará

presente, por certo, não propriamente na demanda de cura do sintoma, mas enquanto demanda de *interpretação* sobre ele. Ou seja, somente quando o sofrimento do sintoma se abre à interrogativa em torno de sua causalidade – pela via de um endereçamento ao analista o qual Freud dá o nome de *transferência* – é que o sujeito se torna analisável (SOLER, 1989, p.112).

Com isso, passamos ao exame do conceito de transferência no contexto da análise, segundo Freud (1917), “*presente no paciente desde o começo do tratamento e, por algum tempo, o mais poderoso móvel de seu progresso*” (FREUD, 1917, p.516).

3.4

O norte transferencial à trilha do *recordar, repetir, elaborar*

Assim, conforme dissemos, a entrada em análise não é marcada apenas por um sofrer sintomático, mas à medida em que nesse sofrer abre-se uma analisabilidade chamada transferência.

Sem ela, o sofrer psíquico pode bastar-se aplacado à base de quantos distensores paliativos, substâncias psicoativas, práticas catárticas, relaxamentos, etc; todavia, o sujeito a bater à porta do analista é aquele a carregar consigo, esgotados outros meios, um sofrimento renitente ao qual veio se enodar um enigma, um *x*, a partir do qual se instaura uma busca de sentido àquilo que se abre justo onde não há sentido aparente para que venha irromper.

Isso permite a Lacan (1964) extrair da transferência – a partir da demanda de interpretação do sintoma – uma função dirigida ao *saber*, a situar o analista enquanto *sujeito suposto saber*: “*Desde que haja em algum lugar o sujeito suposto saber (...) há transferência*” (LACAN, 1964, p.220). Nisso se faz sentir a premissa fálica do discurso, a confiar à argúcia interpretativa do analista um lugar privilegiado.

Por outra via, a experiência clínica também irá verificar no investimento da transferência uma vertente eminentemente pulsional, a vir empregada sob tipos

variados de manifestação, *positivas* ou *negativas*, conforme indica Freud (1917) ao longo da *Conferência XXVII – Transferência*:

A transferência pode aparecer como uma apaixonada exigência de amor, ou sob formas mais moderadas; em lugar de um desejo de ser amada, uma jovem pode deixar emergir um desejo, em relação a um homem, idoso, de ser recebida como filha predileta; o desejo libidinal pode estar atenuado num propósito de amizade inseparável, mas idealmente não-sensual. Algumas mulheres conseguem sublimar a transferência e moldá-la até que atinja essa espécie de viabilidade; outras não de expressá-la em sua forma crua, original e, no geral, impossível. Mas, no fundo, é sempre a mesma, e jamais permite que haja equívoco quanto à sua origem na mesma fonte.

(...) Com seus pacientes masculinos, mais amiúde do que com mulheres, o analista encontra uma forma de expressão da transferência que parece, à primeira vista, contradizer todas as nossas descrições anteriores — uma transferência hostil ou *negativa*. (...) Os sentimentos hostis indicam, tal qual os afetuosos, haver um vínculo afetivo, da mesma forma como o desafio, tanto como a obediência, significa dependência, embora tendo à sua frente um sinal ‘menos’ em lugar de ‘mais’ (FREUD, 1917, p.515-516).

De todo jeito, a dinâmica da transferência na análise trará sempre imbricados aspectos a trespassar da demanda por sentido a afetos em relação à pessoa do analista, na medida em que o falo nunca é de fato uma representação significante purificável ao nível do saber, do mesmo modo como não há objeto de desejo que não esteja submerso na trama significante – “*O falo é o significante privilegiado dessa marca, onde a parte do logos se conjuga com o advento do desejo*” (LACAN, 1966, p.699).

Desse modo, a dimensão faltosa do Imaginário [-Φ], seja por que vias o sujeito venha empregar sua transferência, fará sempre apontar àquilo que Lacan procurou definir com seu objeto *a*, passo em que Freud (1917) irá falar de uma *neurose de transferência*, uma “*neurose nova, artificial*” (FREUD, 1917, p.518), por onde a dimensão desejante do sujeito é feita atualizar voltada agora ao lugar do analista na análise.

De fato, na medida em que não doa sentido através de proposições sugestivas, tampouco responde aos afetos de transferência dirigidos à sua pessoa, o analista restitui a dimensão de encontro faltoso imposta pela castração, ao mesmo tempo em que situa e abre possibilidade ao tempo de irrupção do inconsciente, o que só assim garante progresso ao tratamento.

Lacan (1964), ao longo do Seminário 11, irá então definir a transferência como a “*atualização [pôr em ato] da realidade do inconsciente*” (LACAN, 1964, p.142), ou seja, na medida em que o analista sustenta com sua presença esse lugar de impossível, permite aí verificar em que posição fora incluído, sob retroação da transferência, no jogo desejante do sujeito, expressão por excelência da maneira como vem amarrada a fantasia.

De acordo com Freud (1917):

Em qualquer outro tipo de tratamento sugestivo, a transferência é cuidadosamente preservada e mantida intocada; na análise, a própria transferência é sujeita a tratamento, e é dissecada em todas as formas sob as quais aparece (FREUD, 1917, p.528-529).

Tendo em vista esse norte a conduzir o tratamento, Freud escreve em 1914 o artigo *Recordar, repetir e elaborar*, onde destaca de modo notável três tempos relativos aos passos de uma análise, indicados já em seu título.

Quanto ao ‘recordar’, podemos situar aqui o tempo do sintoma: o sujeito envolto às suas queixas e circunstâncias a relatar, que a partir do conceito de realidade psíquica a escuta analítica pode inclusive retirar de seu aspecto de *lembrança* uma necessária implicação com o passado vivido.

O segundo tempo, o do ‘repetir’, não obrigatoriamente adiante, podemos situá-lo em duas vias: na gravitação do discurso em torno do objeto, desse *x* – no sentido de uma incógnita – por onde a causalidade do Imaginário encontra seu furo (e na medida em que o *texto* da associação nada tem de livre); e, segundo já feito entrever, pela expressão definida por Freud (1914) enquanto *atuação* presente na atualidade da transferência:

Logo percebemos que a transferência é, ela própria, apenas um fragmento da repetição. (...) podemos dizer que o paciente (...) expressa-o pela atuação ou atua-o. Ele o reproduz não como lembrança, mas como ação; *repete-o*, sem, naturalmente, saber que o está repetindo.

Por exemplo, o paciente não diz que recorda que costumava ser desafiador e crítico em relação à autoridade dos pais; em vez disso, comporta-se dessa maneira para com o analista (FREUD, 1914, p.165-166).

A partir desse ponto a dimensão da fantasia encontra sua aurora. Caberia então retomarmos seu tema uma última vez. Podemos tomá-la agora – a partir dos conceitos verificados na seção anterior – enquanto uma amarração singular em resposta ao ato separador da castração. É a partir dessa experiência que a fantasia se fixa enquanto um modo específico de desejar que posiciona o sujeito, por um lado, em relação ao desejo do Outro [/A] – como no vínculo mãe-filho –, e, por outro, em relação ao objeto (*a*) impossível – segundo a premissa pela qual o Nome-do-pai vem indicar ao indivíduo que os limites de seu corpo são menores que os de seu desejo (NASIO, 1989, p.13).

A partir dessa marca, simbolização do Nome-do-pai, tipos diferenciados de resposta encontram lugar no âmbito das neuroses ou, na carência dela, no das psicoses.

Desse ponto, podemos nos reportar de volta à cena em que Buzz Lightyear se atira pelo vão da escada. Em sua história não há análise, é certo, há apenas o encontro primeiro a fazer cair sua ‘onipotência imaginária’ (cf. Seção 2.3, p.35) – digamos com Freud, sua ‘teoria sexual infantil’ –, passo em que Buzz se encontra irreversivelmente cindido entre um roteiro que lhe foi doado pelo Outro (para servir, digamos, de falo imaginário às crianças) e um ponto intervalar a partir do qual ele agora se separa enquanto sujeito (cf. Seção 2.1, p.23).

Contudo, a resposta de Buzz – se nos permitirmos ir mais longe através dessa alegoria criada por John Lasseter (1995) em *Toy Story* – é, num exercício de abstração clínica, presumivelmente bipolar: passa da onipotência maníaca à depressão avassaladora. A partir da queda, Buzz se diz uma ‘fraude’ e tampouco se importa quando, achado por uma menininha, é feito de boneca vestido a um avental. De um roteiro sem furo Buzz vai ao roteiro nenhum.

Em seguida, porém, num determinado ponto de seu niilismo, Buzz se depara com o nome de seu dono « Andy » escrito à caneta na sola de seu pé. É através desse significante que Buzz irá situar o ponto onde seu roteiro de ‘super-herói astronauta’ faz borda com seu Real de brinquedo – se nos permitirmos esquadrihar essa alegoria um pouco mais.

A partir desse significante, de ‘falo imaginário universal’ (entenda-se: super-herói de toda e qualquer criança) Buzz encontra um traço em seu corpo – ser o brinquedo de Andy – a partir de onde pode tomar alguma distância de sua fantasia sem, no entanto, abandonar o papel que lhe foi destinado pelo Outro.

Na história singular de cada sujeito, esta marca terá a dimensão do Nome-do-pai, significante excetuado da cadeia que ao mesmo tempo que a autoriza existir, demarca uma brecha onde resta um impossível a simbolizar – isto é, o Real –, ponto a partir de onde o desejo do sujeito – digamos até o próprio sujeito – não encontra lugar nos ideais comuns da cultura, nas demandas que o convocam – pelo Outro – a ocupar lugar de ‘falo imaginário’ a qualquer outrem.

O tempo de ‘elaborar’ numa análise será aquele entregue à reconstrução, junto ao analista, de um extrato mínimo de significantes – fantasia fundamental – entendível agora como recuperação dos traços determinantes doados pelo Outro em relação a um desejo sempre incumbido em escapar/separar-se da captura alienante desses traços. Nesse sentido, a fantasia enquanto “*resíduo da interpretação do sintoma*” (MILLER, 1987, p.111) revela-se progressivamente enquanto resposta ao enigma de irrupção sintomático, no que carrega, em seu conteúdo, uma conformação capaz de articular esses dois pólos, [desejo (separação) / Outro (alienação)], que, com Lacan, podemos esquematicamente representar como articulação do Real e do Simbólico para um sujeito (VIEIRA, 2003, p.27-36).

A análise segue então enquanto conseqüente esvaziamento do valor pulsional, digamos assim, ‘dramaticamente’ investido nas significações das circunstâncias – “(...) *haverá muito a ganhar se conseguirmos transformar seu sofrimento [drama] histórico numa infelicidade comum*” (FREUD, 1895, p.316) –, no que ao sujeito agora é permitido, a partir de uma extração que irá resultar na síntese de sua posição subjetiva face à castração, situar-se com maior leveza diante de seus limites.

Considerações Finais

Jacques-Alain Miller destaca o papel de relevância que o conceito de fantasia assume ao longo do percurso de Lacan, chegando a propor que toda sua obra, assim como a de Freud, pudessem ser relidas em favor dessas duas dimensões clínicas: a fantasia e, como seu conseqüente par, o sintoma (MILLER, 1987, p.96).

Tal proeminência do conceito fez-se sentir também nos tempos de pesquisa e composição desse trabalho que, uma vez disposto a interrogar o estatuto clínico das operações efetuadas no Imaginário, veio recair numa apuração a cada passo mais envolta ao que Lacan procura formalizar pelo nome de *fantasme* [fantasia].

Caberia então retomarmos, por último, a observação quanto ao trabalho de interpretação do analista, pela via antes indicada a partir de Freud na *Interpretação dos sonhos* (1900), enquanto ‘tomar o inconsciente à letra’ (Cf. Seção 3.1, p.43).

Se, conforme observado em nosso último capítulo, uma análise só tem início a partir do momento em que, pela via da transferência, abre-se ao sujeito uma questão a demandar interpretação sobre seu sintoma, podemos agora acrescentar que, no que deposita o investimento da pulsão sobre o alcance da significação sintomática, a dimensão significativa do discurso, sua montagem singular de indagação, é invariavelmente desprezada.

De modo que o discurso de entrada em análise, poderíamos assim dizer, é tido pelo sujeito como carta cujo valor é a mera condução da mensagem/sentido, podendo ser jogada no lixo em seguida¹.

Dessa perspectiva, a clínica da experiência analítica será aquela que, até o fim, insistirá na recuperação dessas cartas – o próprio inconsciente sendo a expressão por excelência de tal insistência –, cabendo ao analista a tarefa de colhê-las uma a uma, posicionando-se de tal modo a que possam vir se sublinhando, em sua profusão ora

¹ Cf. VIEIRA, 2004, p.119-125

descartável, uma reunião de traços constitutivos do sujeito, significantes privilegiados de uma amarração singular que é a fantasia.

Esta elaboração (...) pode, na prática, revelar-se uma tarefa árdua para o sujeito da análise e uma prova de paciência para o analista. Todavia, trata-se da parte do trabalho que efetua as maiores mudanças no paciente e que distingue o tratamento analítico de qualquer tipo de tratamento por sugestão (FREUD, 1914, p.171).

Assim, do decurso de uma análise, observamos que o que o sujeito obtém não é tanto um ganho de saber, nenhuma chave (fálica) de entendimento que se acrescente, *per via di porre*, à manutenção de seu sintoma mas, antes, um ganho de significantes que, segundo Lacan irá indicar num momento mais adiantado de seu ensino, no Seminário 24 (1977), virá permitir ao sujeito um “*saber fazer com*” [savoir-y-faire] (LACAN, lição de 16/11/1977, inédito), ou ‘*saber lidar com*’ o sintoma, na medida em que, pela aproximação à fantasia, em sua expressão irreduzível, o sujeito pode então melhor manipulá-lo.

Aqui, o desfecho do roteiro de *Toy Story* (1995) também muito nos interessa: Buzz, recuperado da experiência de ‘queda’ pelo vão da escada, é capaz de realizar uma manobra no ar, utilizando suas asas, a permitir-lhe retornar à posse do menino Andy, contentando-se, porém, em dizer a si mesmo o que seu colega Woody já havia lhe apontado desde o início: “Isto não é voar, é cair com estilo”.

Nossa pesquisa aponta, então, o caminho de uma investigação acerca do ‘*saber lidar com*’ o sintoma, do qual nos fala Lacan em 1977, enquanto extração de um *estilo*; estilo que resulta de um ganho da travessia analítica em saber manejar aquilo que, segundo Miller, a fantasia traz de Real, “*impossível de mudar*” (MILLER, 1987, p.113) para um sujeito.

Para encerrar nosso trabalho, trazemos um fragmento de Jorge Luis Borges: “*É curioso o destino do escritor. No início é barroco, vaidosamente barroco, e ao cabo de anos pode lograr, se lhe são favoráveis os astros, não a simplicidade, que não é nada, mas a modesta e secreta complexidade*” (BORGES, 1952-1972, Vol.II/verso). Da vaidade aqui referida, situamos o esvaziamento do narcisismo na travessia analítica do Imaginário, quanto à ‘modesta e secreta complexidade’, deixamos apontar o *saber fazer com* o sintoma.

Referências bibliográficas

- ASSAD, M.M.E. (2000) **O imaginário como campo revelador da castração**, Tese de Doutorado. São Paulo: USP.
- BORGES, J.L. (1952-1972) **Obras completas**, Vol. II . São Paulo: Globo.
- BROUSSE, M.H. (1989) **A fórmula do fantasma?**, in *Lacan*, Gérard Miller (org.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- CORÇÃO, G. (1958) **A descoberta do outro**. Rio de Janeiro: Agir.
- ELIA, L. (2004) **O sujeito da psicanálise e a Ordem social**, in *Sujeito do Direito, Sujeito do desejo*, Sonia Altoé (org.). Rio de Janeiro: Revinter.
- FREUD, S. (1895) **A experiência de satisfação**, in Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Freud. Rio de Janeiro: Imago. Vol. I.
- _____. (1897) **Carta 69**, *Ibid.* Vol. I.
- _____. (1895) **A psicoterapia da histeria**, *Ibid.* Vol. II.
- _____. (1900) **O inconsciente e a consciência – Realidade**, *Ibid.* Vol. V.
- _____. (1900) **Sobre os sonhos**, *Ibid.* Vol. V.
- _____. (1900) **Elaboração secundária**, *Ibid.* Vol. V.
- _____. (1900) **O despertar pelos sonhos – A função dos sonhos – Sonhos de angústia**, *Ibid.* Vol. V.
- _____. (1901) **Determinismo, crença no acaso e superstição – Alguns pontos de vista**, *Ibid.* Vol. VI.
- _____. (1901) **Lapsos da fala**, *Ibid.* Vol. VI.
- _____. (1905) **Sobre a psicoterapia**, *Ibid.* Vol. VII.
- _____. (1908) **Sobre as teorias sexuais das crianças**, *Ibid.* Vol. IX.
- _____. (1908) **Escritores criativos e devaneios**, *Ibid.* Vol. IX.
- _____. (1908) **Fantasias históricas e sua relação com a bissexualidade**, *Ibid.* Vol. IX.

- _____. (1909) **Romances familiares**, *Ibid.* Vol. IX.
- _____. (1911) **Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental**, *Ibid.* Vol. XII.
- _____. (1913) **A ocorrência, em sonhos, de material oriundo de contos de fadas**, *Ibid.* Vol. XII.
- _____. (1914) **Recordar, repetir e elaborar (novas recomendações sobre a técnica da psicanálise II)**, *Ibid.* Vol. XII.
- _____. (1914) **O retorno do totemismo na infância**, *Ibid.* Vol. XIII.
- _____. (1914) **Sobre o narcisismo: uma introdução**, *Ibid.* Vol. XIV.
- _____. (1917) **Conferência XXIII – Os caminhos da formação dos sintomas**, *Ibid.* Vol. XVI.
- _____. (1917) **Conferência XXVII – Transferência**, *Ibid.* Vol. XVI.
- _____. (1917) **Conferência XXVIII – Terapia analítica**, *Ibid.* Vol. XVI.
- _____. (1919) **Uma criança é espancada – uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais**, *Ibid.* Vol. XVII.
- _____. (1919) **O estranho**, *Ibid.* Vol. XVII.
- _____. (1920) **Além do princípio do prazer**, *Ibid.* Vol. XVIII.
- _____. (1923) **Dois verbetes de enciclopédia – (B) A teoria da libido**, *Ibid.* Vol. XVIII.
- _____. (1924) **A dissolução do complexo de Édipo**, *Ibid.* Vol. XIX.
- _____. (1925) **Um estudo autobiográfico**, *Ibid.* Vol. XX.
- _____. (1926) **Inibições, sintomas e ansiedade**, *Ibid.* Vol. XX.
- _____. (1933) **Conferência XXXI – A dissecação da personalidade psíquica**, *Ibid.* Vol. XXII.
- _____. (1933) **Conferência XXXIII – Feminilidade**, *Ibid.* Vol. XXII.
- _____. (1933) **Conferência XXXII – Ansiedade e vida instintual**, *Ibid.* Vol. XXII.

- _____. (1937) **O aparelho psíquico e o mundo externo**, *Ibid.* Vol. XXIII.
- _____. (1937) **A interpretação de sonho como ilustração**, *Ibid.* Vol. XXIII.
- _____. (1940) **A divisão do ego no processo de defesa**, *Ibid.* Vol. XXIII.
- HOUAISS (2001) **Dicionário Eletrônico da Língua Portuguesa** (CDROM – Versão 1.0).
- LACAN, J. (1956) **Seminário 3, As psicoses**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1957) **Seminário 4, A relação de objeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1958) **Seminário 5, As formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1959) **Seminário 6, O desejo e sua interpretação**. Inédito (CDROM – *Obra de Jacques Lacan [Sólo lectura]*).
- _____. (1960) **Seminário 7, A ética da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1962) **Seminário 10, A angústia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1964) **Seminário 11, Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1965) **Seminário 13, O objeto da psicanálise**. Inédito (CDROM – *Obra de Jacques Lacan [Sólo lectura]*).
- _____. (1966) **Seminário 14, A lógica da fantasia**. Inédito (CDROM – *Obra de Jacques Lacan [Sólo lectura]*).
- _____. (1970) **Seminário 17, O avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1972) **Seminário 19, ...ou pior**. Inédito (CDROM – *Obra de Jacques Lacan [Sólo lectura]*).
- _____. (1973) **Seminário 20, Mais, ainda**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1975) **Seminário 22, R.S.I.** Inédito (CDROM – *Obra de Jacques Lacan [Sólo lectura]*).
- _____. (1977) **Seminário 24, L'insu que sait de l'une-bévue s'aile à mourre**. Inédito (CDROM – *Obra de Jacques Lacan [Sólo lectura]*).

- _____. (1966) **O seminário sobre “A carta roubada”**, in *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1966) **O estádio do espelho como formador da função do eu**, *Ibid.*
- _____. (1966) **De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose**, *Ibid.*
- _____. (1966) **A direção do tratamento e os princípios de seu poder**, *Ibid.*
- _____. (1966) **A significação do falo**, *Ibid.*
- _____. (1966) **À memória de Ernest Jones: sobre sua teoria do simbolismo**, *Ibid.*
- _____. (1966) **Kant com Sade**, *Ibid.*
- _____. (1966) **A ciência e a verdade**, *Ibid.*
- LASSETER, J. (1995) **Toy Story** (longa metragem/animação) E.U.A: Disney/Pixar Studios.
- MILLER, J.-A. (1987) **Percurso de Lacan – Uma introdução**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- MILNER, J.C. (1983) **R.S.I.**, in *Les noms indistincts*. Paris: Seuil.
- MILNER, J.C. (1995) **A Obra Clara**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- NASIO, J.D. (1989) **Os 7 conceitos cruciais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- SAGAN, C. (1985) **Contato**. São Paulo: Companhia das Letras.
- SANTOS, J.F. (1996) **A inexistente arte da decepção**. Rio de Janeiro: Agir.
- SOLER, C. (1989) **Uma terapêutica como não há outra**, in *Lacan*, Gérard Miller (org.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- VIEIRA, M.A. (2003) **Da realidade ao real – Jacques Lacan e a realidade psíquica**, in *Pulsional revista de psicanálise*, n. 174, ano XVI. Rio de Janeiro: Pulsional.
- _____. (2004) **Imagens da letra** (vários autores), in *Opção lacaniana*, vol. 41. São Paulo: Escola Brasileira de Psicanálise.

_____. (2005) **Objeto e desejo em tempos de overexposição**, in *Ágora*. Rio de Janeiro: Ágora.

WACHOWSKI, A. e L. (1999) **Matrix** (longa metragem). E.U.A.: Warner Bros.

Anexo I

O Meu Guri

(Chico Buarque , 1981)

Quando, seu moço, nasceu meu rebento
 Não era o momento dele rebentar
 Já foi nascendo com cara de fome
 E eu não tinha nem nome pra lhe dar
 Como fui levando, não sei lhe explicar
 Fui assim levando ele a me levar
 E na sua meninice ele um dia me disse
 Que chegava lá
 Olha aí, olha aí
 Olha aí, aí o meu guri, olha aí
 Olha aí, é o meu guri
 E ele chega

Chega suado e veloz do batente
 E traz sempre um presente pra me encabular
 Tanta corrente de ouro, seu moço
 Que haja pescoço pra enfiar
 Me trouxe uma bolsa já com tudo dentro
 Chave, caderneta, terço e patuá
 Um lenço e uma penca de documentos
 Pra finalmente eu me identificar, olha aí
 Olha aí, aí o meu guri, olha aí
 Olha aí, é o meu guri
 E ele chega

Chega no morro com o carregamento
 Pulseira, cimento, relógio, pneu, gravador
 Rezo até ele chegar cá no alto
 Essa onda de assaltos tá um horror
 Eu consolo ele, ele me consola
 Boto ele no colo pra ele me ninar
 De repente acordo, olho pro lado
 E o danado já foi trabalhar, olha aí
 Olha aí, aí o meu guri, olha aí
 Olha aí, é o meu guri
 E ele chega

Chega estampado, manchete, retrato
 Com venda nos olhos, legenda e as iniciais
 Eu não entendo essa gente, seu moço?
 Fazendo alvoroço demais
 O guri no mato, acho que tá rindo
 Acho que tá lindo de papo pro ar
 Desde o começo, eu não disse, seu moço
 Ele disse que chegava lá.